



20

A
N
O
S

2017

INSTITUTO LEGISLATIVO
BRASILEIRO - ILB
PROGRAMA INTERLEGIS

Senado Federal
Mesa Diretora - Biênio 2017-2018

Presidente
Senador Eunício Oliveira

1º Vice-Presidente
Senador Cássio Cunha Lima

2º Vice-Presidente
Senador João Alberto Souza

1º Secretário
Senador José Pimentel

2º Secretário
Senador Gladson Cameli

3º Secretário
Senador Antonio Carlos Valadares

4º Secretário
Senador Zeze Perrella

1º Suplente
Senador Eduardo Amorim

2º Suplente
Senador Sérgio Petecão

3º Suplente
Senador Davi Acolumbre

4º Suplente
Senador Cidinho Santos

Secretário-Geral da Mesa
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Diretora-Geral
Ilana Trombka

Instituto Legislativo Brasileiro / Interlegis

Diretor-Executivo
Antônio Helder Medeiros Rebouças

Coordenador Administrativo e Financeiro
Cláudio Alves Cavalcante

**Coordenadora de Capacitação,
Treinamento e Ensino**
Simone Figueira Dourado

Coordenadora de Educação Superior
Valéria Ribeiro da Silva F. Almeida

**Coordenador de Planejamento e
Relações Institucionais**
Francisco Etelvino Biondo

Coordenador de Tecnologia de Informação
Sesóstris Vieira

Esta é uma publicação da Coordenação de Planejamento e Relações Institucionais (COPERI) do ILB/Interlegis

Edição e redação final: Letícia Borges

Pesquisa, textos, entrevistas: Débora Barroso Pais, Valéria Castanho, Letícia Borges. Apoio: Mariana de Sousa Santos e Virgínia Barbosa Leite (estagiárias)

Capa: Adrienne Lima Coelho e Mauricy Lopes Mansur

Projeto gráfico: Diego Jimenez (SECOM)

Diagramação: Camila Sena Hott (SEGRAF)

Revisão: Letícia Borges, Francisco Etelvino Biondo e SEGRAF

Pesquisa de fotos: Letícia Borges, Mariana de Sousa Santos e Virgínia Barbosa

Fotos: Mariana de Sousa Santos, Virgínia Barbosa (estagiárias ILB/Interlegis), Jefferson Rudy, Waldemir Barreto (Agência Senado), Olenildo Nascimento, Arquivo ILB/Interlegis

Formatação e impressão: SEGRAF

Agradecimentos especiais à SAJS/SECOM

Sites: www.senado.leg.br/escoladegoverno e www.interlegis.leg.br

www.facebook.com/ilbsenado e www.facebook.com/interlegisonline

Telefone: (61) 3303-3221

Endereço: Av. N2, anexo E do Senado Federal - Brasília-DF

SUMÁRIO

I - COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI: UM POUCO DA HISTÓRIA DO ILB E DO PROGRAMA INTERLEGIS

Parte da construção destes 20 anos. E a palavra dos que comandam hoje a Casa e estes órgãos.

PÁGINAS 2 A 11

II - O QUE FAZEMOS E QUAL É O IMPACTO DESTA AÇÃO NA VIDA DE PESSOAS E INSTITUIÇÕES

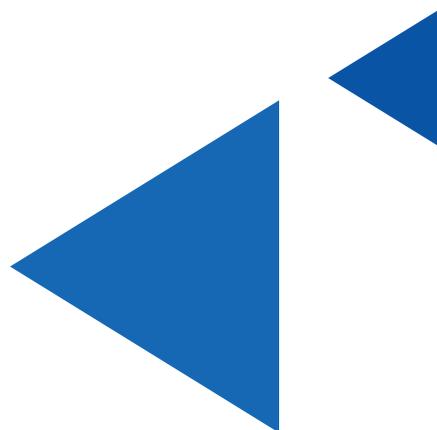
A atuação do ILB e do Programa Interlegis faz a diferença na ponta: para pessoas e instituições ao disseminar conhecimento, capacitação, tecnologia, modernização, transparência e cidadania.

PÁGINAS 12 A 39

III - RESULTADOS E PERCEPÇÕES

Como é possível medir esta transformação. Antes e depois. A importância das parcerias. O que dizem os parceiros e quem atua para fazer a máquina funcionar.

PÁGINAS 40 A 60



MUITOS MOTIVOS PARA COMEMORAR

Prezado leitor,

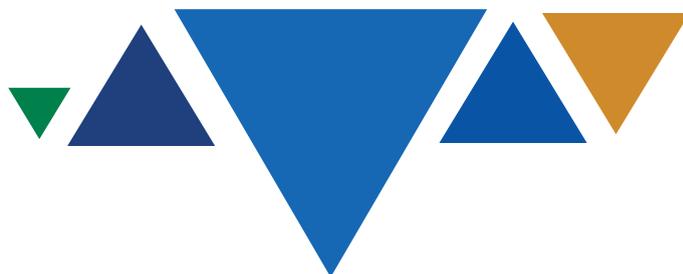
Esta revista que chega às suas mãos fala sobre duas das áreas mais atuantes e conhecidas do Senado Federal. São vinte anos de um caminho, iniciado por ambos em 1997, que nem sempre foi trilhado em conjunto pelo Instituto Legislativo Brasileiro e o Programa Interlegis, embora com o mesmo horizonte: o da educação, da capacitação, da modernização, da cidadania.

É muita história pra contar. E este é apenas um dos recortes possíveis. Como qualquer um que se fosse escolher, incompleto. Sabemos que serão muitas as omissões.

De qualquer forma, aí está um pouco destes vinte anos, da história de profissionais e o impacto na ponta: as mudanças que ILB e Interlegis geraram na vida de pessoas e instituições.

Que é o que faz o trabalho valer a pena.

Esperamos que desfrutem a leitura e queiram conhecer um pouco mais sobre a atuação de ambos, juntos desde 2013. Daqui a vinte anos, completem as lacunas e escrevam novas histórias, pois certamente elas se avolumarão, em benefício de mais pessoas, do Legislativo e da democracia.



ILB E INTERLEGIS: VINTE ANOS DE BONS SERVIÇOS

Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal



O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Programa Interlegis, que nasceram separados em 1997, mas se uniram em 2013, podem se orgulhar pelos impactos positivos de seus trabalhos na vida de pessoas e de instituições.

A expansão da ciência, da tecnologia e da inovação requer uma geração de jovens informados e de profissionais qualificados em todos os setores, sejam as atividades econômicas, políticas ou sociais.

Ao votarmos o Plano Nacional de Educação no Senado, eu disse e reafirmo: educação não é gasto, educação é investimento. Investimento em cidadania, investimento no País, investimento que garante o futuro das atuais e das próximas gerações.

O mesmo se aplica às nossas instituições, sobretudo quando mencionamos o Poder Legislativo, sempre tão questionado.

É preciso que novos padrões de conhecimento, novos conceitos de eficiência e transparência sejam transmitidos e sirvam para melhorar a prestação de serviços de Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas, cada vez mais demandadas pela população.

E é disso que tratamos quando o assunto é o ILB, com o seu braço voltado para a educação – presencial, a distância e de pós-graduação. Somado ao Programa Interlegis, dedicado a transferir tecnologia e conhecimento para as casas legislativas,

por menores ou mais distantes que estejam.

Os resultados são inquestionáveis: mais de um milhão de certificados em EAD, centenas de alunos formados em cursos presenciais que melhoram a gestão do Senado e a qualificação de servidores e muitos outros na pós-graduação.

Pelo lado da modernização legislativa, milhares de câmaras municipais atendidas com treinamentos, consultorias e, sobretudo, ferramentas tecnológicas que permitem a inclusão digital, colocando-as em dia com as exigências legais de transparência e acesso à informação.

Parabéns aos servidores do ILB e do Programa Interlegis, mas, principalmente, reconhecimento ao Senado por manter essa empreitada em benefício das instituições do Legislativo, que se traduz em mais democracia para o nosso Brasil e melhores serviços para a população.

CELEBRANDO A HISTÓRIA, CONSTRUINDO O FUTURO

Senador José Pimentel, Primeiro-Secretário do Senado Federal



Venho manifestar minha alegria em contribuir com esta publicação, cuja edição celebra os 20 anos de existência do ILB e do Interlegis. Compartilho com os leitores minha visão sobre o papel que desempenham na melhoria profissional de servidores e no aperfeiçoamento da produção legislativa de Assembleias e câmaras municipais em todo o País. Como presidente do Conselho de Supervisão do ILB e como Diretor Nacional do Interlegis, acredito na evolução desse trabalho.

No Parlamento há mais de 22 anos, primeiramente como Deputado Federal e, agora, como Senador da República, percebo os enormes desafios que as câmaras municipais, em especial as de menor porte, enfrentam para desempenhar de forma eficiente seu papel no tocante ao atendimento das necessidades da sociedade.

Neste contexto, o ILB tem tido uma participação decisiva na mudança do cenário dessas casas, em grande medida, pela parceria com as escolas legislativas, ao capacitar servidores por meio de mais de trinta cursos a distância.

Sobre o Programa Interlegis, sem dúvida alguma, representa uma porta aberta para a modernização e a transparência das casas legislativas, tanto em âmbito municipal quanto estadual.

O processo de elaboração e aprovação de leis que impactem de maneira positiva no cotidiano das pequenas comunidades pode sempre ser aperfeiçoado, à medida que são solucionados os problemas de infraestrutura,

capacitação e organização do Parlamento. Problemas que o Interlegis, com suas ferramentas tecnológicas e suas inúmeras oficinas e treinamentos, além de Encontros e participações em eventos, ajuda a resolver.

Nas próximas páginas, o leitor irá se deparar com exemplos desse trabalho do ILB, ao ler histórias de servidores que ingressaram no Senado Federal, estudando e se capacitando por meio dos cursos a distância. Verá que o Instituto esteve presente na trajetória profissional da própria Administração que dirige o Senado. E entenderá os motivos de seu reconhecimento, por meio de relatos de quem mais se beneficia com o Interlegis – vereadores e servidores do Legislativo.

Convido todos a conhecerem mais sobre o ILB e seu trabalho junto aos estados e municípios, por meio do Programa Interlegis. Isso comprova que, juntos, ILB e Interlegis têm fôlego para mudar a vida de pessoas e de instituições por décadas.

CONQUISTAS E DESAFIOS

Helder Rebouças, Diretor-Executivo do ILB/Interlegis



A comemoração dos 20 anos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) é uma oportunidade de reflexão sobre as conquistas e os desafios da Escola de Governo do Senado Federal. Voltado para o desenvolvimento institucional do Senado e do Legislativo, o ILB é hoje uma das principais ferramentas de disseminação de conhecimentos e informações para a integração e modernização das casas legislativas no Brasil. Aliás, é sempre bom recordar, para orgulho de todos que fazem o Senado da República, que o ILB foi a pri-

meira escola de governo a ser credenciada pelo Ministério da Educação para ministrar cursos de pós-graduação.

Ao longo de duas décadas, e mais intensamente a partir de 2013, quando houve a fusão do Programa Interlegis, da Universidade do Legislativo e do ILB, esta escola de governo tem se dedicado à missão de qualificar os servidores que lidam diretamente com os parlamentares e o processo legislativo, além dos profissionais da administração legislativa. Importante registrar ainda que essa tarefa do ensino de qualidade, a cargo do ILB, tem como valor central e finalístico a eficiente prestação de serviços à sociedade, materializada nos trabalhos da representação político-parlamentar.

Além dos cursos ministrados em Brasília e capacitações na modalidade de ensino a distância, estamos presentes nos estados e municípios brasileiros graças ao Programa Interlegis, sob gestão do ILB. O Interlegis, com seus produtos

disponibilizados gratuitamente a todo o Legislativo nacional, leva modernização, transparência e identidade às câmaras municipais e Assembleias Legislativas de norte a sul do País. De fato, o Programa Interlegis se consolida, cada vez mais, como ferramenta de aproximação entre a política e a cidadania.

Honra-me, sinceramente, estar à frente dos trabalhos do ILB, sobretudo nestes tempos de desafios no campo da política e da economia. Como bem disse o presidente desta Casa, o Senador Eunício Oliveira, o ILB deve, cada vez mais, preparar os quadros do Legislativo para atuar em sintonia fina com o tripé: reformas estruturais no Brasil, diálogo institucional com os Poderes e a sociedade, transparência e uso eficiente dos recursos públicos.

A história de conquistas do ILB há de se repetir mais uma vez nessa empreitada.

**Que venham os próximos
20 anos!**



PRA COMEÇO DE CONVERSA

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Programa Interlegis tiveram suas raízes lançadas no mesmo ano, em 1997. Caminharam até 2013 separados, mas com um objetivo comum: colaborar, cada um a seu modo, pelo fortalecimento do Legislativo. Enquanto o ILB conduziu sua ação “para dentro” do Senado, como órgão de educação volta-

do, em primeiro plano, para os servidores, o Programa Interlegis tinha o seu olhar “para fora”, visando integrar e modernizar o Legislativo em suas três esferas.

A fusão se deu em março de 2013, tendo o ILB permanecido como órgão supervisionado do Senado. Como consequência da reforma administrativa

implementada na ocasião, a Secretaria Especial do Interlegis (SINTER) foi extinta, bem como a Universidade do Legislativo (Unilegis), e o Programa passou a ser executado pelo ILB.

Até chegar a este ponto, muita estrada foi percorrida, e é importante conhecer um pouco desta história.

ILB – UM POUCO DA HISTÓRIA

Inaugurado em 1997, o ILB tem origem nos anos 70

As atividades educacionais para formação, profissionalização, atualização e aperfeiçoamento do quadro de servidores do Senado tiveram início ainda em 1970, para atender às mais diversas necessidades da Casa, formada por um grupo de servidores muito heterogêneo.

O Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal (SEAP) foi pioneiro, seguido pelo Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), que mudou para Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN), até a criação, em 23 de janeiro de 1997, do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), hoje Escola de Governo do Senado Federal.

Antes do ILB, porém, vários setores do Senado tinham seus próprios centros de treinamento. Havia um no Prodasen, na área de informática, outro na gráfica, também para capacitação interna, e um outro do Senado, para treinamento geral de servidores da Casa. A criação do ILB veio para unificar todos eles.

Segundo Florian Madruga, ex-diretor do ILB, servidor aposentado do Senado depois de mais de 40 anos de trabalho, o nome “Instituto Legislativo Brasileiro” foi dado pelo então presidente da casa, José Sarney, para que fosse um centro de altos estudos.

“O ILB não teve a palavra “Senado” em seu nome oficial porque a ideia do presidente Sarney era a de que o Instituto

não fosse destinado somente à capacitação de servidores da Casa, mas de todo o Poder Legislativo nas três esferas (federal, estadual e municipal), bem como de cidadãos brasileiros e até de outros Países de língua portuguesa, por meio de Educação a Distância (EAD)”, explicou Florian.

Essa expectativa quanto ao objetivo do ILB foi externada pelo próprio presidente José Sarney durante a sua inauguração, em janeiro de 1997. Ele disse que o órgão seria “um grande centro de excelência no terreno das ideias políticas e na formação de recursos humanos”. E que a criação do instituto era “um dos passos mais importantes da história do Parlamento brasileiro”.



Maquete da Unilegis, projeto de Oscar Niemeyer

No aniversário de dez anos de criação do ILB, José Sarney voltava a se pronunciar, afirmando que ele não só havia se consolidado, mas também extrapolado as expectativas, tor-

nando-se uma instituição respeitável, útil, de magnitude e com participação internacional. “Já demos assessoria na formação dos parlamentos de Guiné-Bissau, de Angola, de Timor Leste; já demos assessoria em Portugal; temos convênios com a Argentina; temos convênio com o Uruguai; temos convênios com o Paraguai, e estamos ajudando justamente o quê? Estamos ajudando a democracia, ajudando a modernização dos parlamentos, ajudando o povo a compreender a democracia representativa como um instrumento da cidadania, na qual ele pode melhor se capacitar para participar das decisões da sociedade”, declarou o então parlamentar.

O sonho da universidade

Em 2001, foi criada a Universidade do Legislativo (Unilegis) por meio de um Projeto de Resolução do Senado. O Reitor era o Presidente do Senado e o

diretor-geral da Casa, um dos dois vice-reitores. O outro era de livre escolha do ILB, que respondia como órgão executor da Unilegis. O vice-reitor acadêmico era escolhido entre os servidores efetivos do Senado e membros do corpo docente da Casa.

Como não tinha credenciamento próprio do Ministério da Educação (MEC), o Senado, por meio da Unilegis, passou a oferecer os cursos pós-graduação *lato sensu* (especialização) em parceria com universidades federais, que ficavam responsáveis pela emissão dos certificados. Os alunos eram servidores do Senado e alguns órgãos conveniados.

O objetivo da instituição era

Essa expectativa foi externada pelo próprio presidente José Sarney, na inauguração do ILB, em 1997. Ele disse que o órgão seria “um grande centro de excelência no terreno das ideias políticas e na formação de recursos humanos”.

“a geração, o desenvolvimento, a transmissão e aplicação de conhecimentos, por meio do ensino, de pesquisa e da extensão, no âmbito das questões atinentes às competências legislativas e, em especial, à organização e aos procedimentos legislativos”.

A ideia era que a Unilegis abrangesse o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal para colaborar no processo de integração e modernização com cursos de graduação, pós-graduação, extensão e sequenciais, presenciais e a distância.

Ao longo dos 12 anos de existência, como o Senado teve oito

presidentes, foram oito os reitores, mas dois deles – José Sarney e Renan Calheiros – ocuparam a cadeira por duas vezes. Pela ordem, foram: Antônio Carlos Magalhães, Jader Barbalho, Edison Lobão, Ramez Tebet, José Sarney, Renan Calheiros, Tião Viana, Garibaldi Alves Filho, José Sarney e Renan Calheiros.

Os reitores “de fato”, ou vice-reitores acadêmicos, foram:

1. 08/05/2002-16/02/2003

Antônio José Barbosa

2. 17/06/2003-17/04/2005

Heitor Gurgulino de Souza

3. 19/04/2005-30/03/2009

Vania Maione Alves Nina

4. 02/04/2009-26/02/2013

Carlos Fernando Mathias de Souza

A Unilegis recebeu um terreno da União para a construção da sua sede, que teria salas de aula, alojamento, refeitório e biblioteca. O presidente do Senado em 2002, Ramez Tebet, chegou a designar uma comissão de servidores da Casa para acompanhar a elaboração do projeto arquitetônico e a execução da obra, mas a ideia foi abandonada.

Em 2013, com a Reforma Administrativa do Senado, a Unilegis foi incorporada pelo ILB – que, naquele mesmo ano, havia conseguido credenciamento do MEC para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*.



ILB JÁ TEVE CURSOS DE LÍNGUAS E ATÉ DE ALFABETIZAÇÃO

No início de suas atividades, o ILB tinha cursos muito variados e os professores podiam ser, além do Senado e de órgãos conveniados, também da área privada. Havia, por exemplo, cursos de inglês e espanhol gratuitos.

Cristiane Sales, assessora de imprensa do Senador Álvaro Dias desde 2005, fez quatro semestres de inglês no ILB. Ela lembra que tinha teste de nivelamento para saber o semestre em que o aluno estava apto a entrar. “Eu já entrei em um dos níveis avançados, e as aulas eram todas em inglês. Isso era ótimo porque eu já tinha esquecido muita coisa e, às vezes, por conta do trabalho, precisava me comunicar em inglês”, explica Cristiane, que elogiou bastante o nível da turma e também do professor. Para ela, um dos grandes diferenciais do curso era que “não precisava ficar se deslocando para cursos em outros pontos da cidade”.

Alfabetização

Havia também cursos isolados, para atender a demandas específicas do Senado. Um desses cursos foi o de alfabetização de adultos, com uma única turma, composta pelos 103 servidores efetivos e terceirizados completamente analfabetos que o Senado tinha, em 2003, conforme constatou uma pesquisa realizada internamente.

O curso foi oferecido em horário de trabalho, com professores voluntários e adesão de alunos também voluntária. A surpresa foi que todos os 103 servidores se matricularam e a aprovação foi de 100%. Houve até formatura e entrega de diplomas.



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III – Nº 392 – Brasília, sexta-feira, 24 de janeiro de 1997

Inaugurado Instituto Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi inaugurado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo primeiro-secretário, Odacir Soares (foto). Sarney considerou o ILB um dos passos mais importantes da história do Parlamento brasileiro. Odacir Soares, por sua vez, destacou a importância da fusão de três órgãos encarregados do treinamento em um só instituto. **Página 4**



Jornal do Senado informando a inauguração do ILB

COMPROMISSO COM O CONHECIMENTO

Dos cursos de treinamentos básicos à pós-graduação, a missão do ILB é promover e difundir conhecimento com excelência e ética, contribuindo para o fortalecimento do Poder Legislativo e das instituições democráticas, por meio de processos educativos presenciais e a distância, inclusive por meio de convênios com outras instituições e parlamentos.

O Instituto oferece a servidores da Casa e de órgãos conveniados:

a) cursos presenciais de

formação e capacitação;

b) cursos específicos em EAD para o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal;

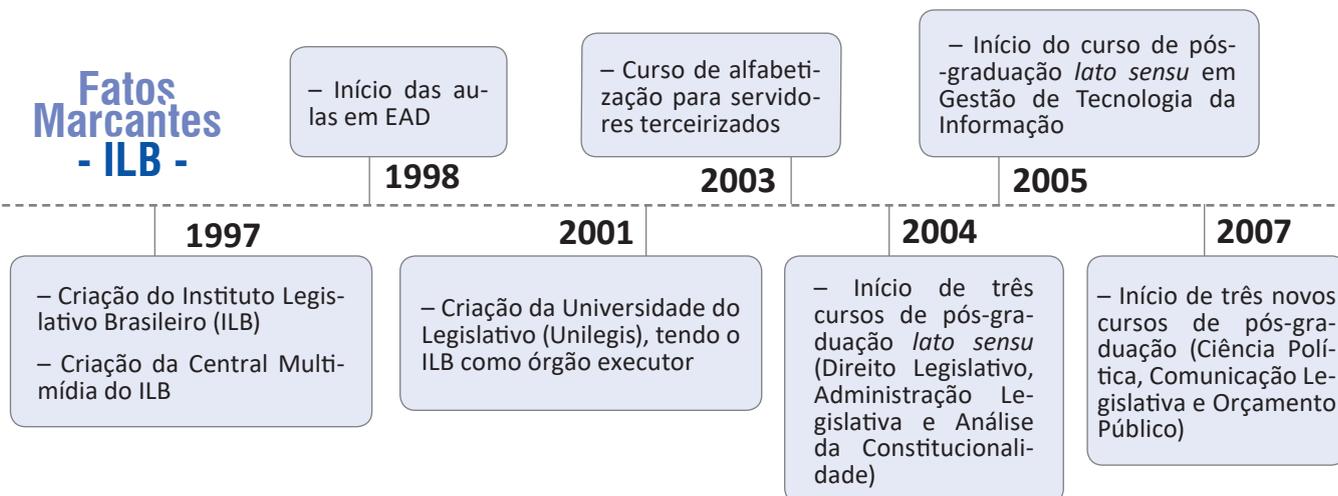
c) cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Para a sociedade, em geral, são oferecidos:

a) cursos a distância (EAD), disponíveis durante todo o ano;

b) outras atividades de ensino voltadas para o aprimoramento dos procedimentos legislativos e o estudo de questões estratégicas ligadas ao desenvolvimento do País, como: ciclos de conferências, seminários, debates e palestras, transmitidas por meios diversos, como internet, videoconferências, vídeos (pelo canal ILB) e veículos de comunicação do Senado (TV, rádio, agência de notícias e jornal).

Fatos Marcantes - ILB -



INSTITUTO TEVE NOVE DIRETORES EM 20 ANOS

Até aqui, o Instituto Legislativo Brasileiro teve nove diretores. O que mais permaneceu no cargo foi Florian Madruga, de 2001 a 2007, hoje aposentado, mas ainda na ativa na condição de voluntário na gráfica da Casa, que dirigiu por um longo período.

Outra curiosidade é em relação ao atual diretor do ILB, Helder Rebouças, que foi o único a ocupar o cargo por duas vezes. A primeira vez em 2013, por

sete meses; e a segunda, iniciada em fevereiro de 2015.

Raimundo Pontes Cunha Neto, o primeiro diretor do ILB, iniciou sua gestão em setembro de 1995, ainda como diretor-executivo do antigo Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado (CEDESEN), órgão substituído pelo ILB. Participou ativamente de todo o processo de criação do instituto, inclusive da fusão com os demais órgãos de trei-

namento setoriais da Casa. Mas deixou a diretoria em fevereiro de 1997, apenas 34 dias após a criação oficial do ILB.

Nesses 20 anos, o ILB também teve também uma diretora interina, Vânia Maione Alves Nina. Na condição de vice-reitora da Universidade do Legislativo (Unilegis), de abril de 2005 a março de 2009, Vânia acumulou a função com a de diretora do ILB por alguns meses.

Diretores do ILB		
Nome	Início	Fim
Raimundo Pontes Cunha Neto	16/09/1995	27/02/1997
Mário Lucio Lacerda de Medeiros	20/03/1997	11/07/2001
Florian Augusto Coutinho Madruga	12/07/2001	14/02/2007
Denise Ramos de Araújo Zoghbi	15/02/2007	16/10/2008
Vânia Maione Alves Nina	17/10/2008	30/03/2009
Carlos Roberto Stuckert	31/03/2009	21/02/2013
Antônio Helder Medeiros Rebouças	22/02/2013	30/06/2013
Elga Mara Teixeira Lopes	03/10/2003	25/02/2015
Antônio Helder Medeiros Rebouças	26/02/2015	-

– Curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Constitucional

2008

– Credenciamento do ILB junto ao Ministério da Educação (MEC) para oferta de cursos de pós-graduação
– Fusão do ILB com o Programa Interlegis e fim da Unilegis
– Primeiros dois cursos de pós-graduação *lato sensu* do ILB com certificação própria (Direito Legislativo e Administração Legislativa)

2013

– Criação do Grupo de Estudos Acadêmicos
– Pesquisa com 71 mil alunos de EAD do ILB

2016

2011

– Criação do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG)

2015

– Criação do Banco Virtual de Monografias para armazenar monografias apresentadas desde 2004
– Criação de página própria de fontes de pesquisa
– Criação do Programa de Formação Gerencial (PFG)

2017

– Novo Portal de Educação do ILB;
– Mudança no processo seletivo de professores do ILB
– Criação dos quatro primeiros cursos de extensão
– Criação de mais 34 novos cursos presenciais

INTERLEGIS: A MODERNIZAÇÃO AO ALCANCE DE TODOS

Concepção pioneira, a concretização do Programa Interlegis enfrentou um caminho mais complicado. Fazer da informática a porta de entrada para a consolidação democrática nas Câmaras e Assembleias era uma ideia frequente entre técnicos e políticos; o problema era como viabilizá-la.

Não foi de estranhar, portanto, que a gênese do Programa tenha se dado no Prodasen (Secretaria Especial de Informática do Senado) e a primeira iniciativa tenha sido a distribuição de *kits* de informática a um grupo ainda reduzido de casas legislativas, numa época em que computador ainda era produto de luxo.

O Programa chamou a atenção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que,

depois de várias missões ao Brasil, decidiu financiar parte do projeto e dar a ele outros contornos, de modernização do Legislativo. Mas o passo inicial foi o de reduzir a exclusão digital, minimizando também as desigualdades técnicas e culturais entre as câmaras municipais, sobretudo aquelas mais distantes dos grandes centros e com menos estrutura.

O contrato com o BID foi assinado em julho de 1999, com objetivos, metas e componentes. Desde então, passou por sucessivas prorrogações. O Programa foi tomando novos rumos, a partir da constatação de que não bastava equipar, mas era preciso dar os meios de utilização dos novos recursos.

Em dez anos, foram instalados modernos equipamentos de

videoconferência em todas as Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do DF, no Tribunal de Contas da União e na sede do Programa, construída como parte do acordo com o BID. E o número de Câmaras que receberam o *kit* de informática foi aumentando até atingir 3.545 delas, proporcionando sua interligação ao que hoje é conhecido como Rede Nacional Interlegis.

Em 2005, este contato se aprofundou com a realização do Censo do Legislativo, em que técnicos visitaram todas as Câmaras do Brasil. Além disso, servidores do Interlegis se deslocaram pelo Brasil para fazerem o chamado diagnóstico da situação das Câmaras, ponto de partida para uma série de ações de modernização.

Inauguração da sede do Programa Interlegis





Operários levantam parede com painéis de Athos Bulcão

Em outra frente, os técnicos em Tecnologia da Informação do Interlegis passaram a desenvolver programas em *software* livre para serem instalados pelas casas, sem custo algum. Os servidores também são treinados e recebem suporte técnico. Este é um trabalho contínuo e que recebe colaborações de técnicos de todo o Brasil, aperfeiçoando os produtos e serviços e adaptando-os à realidade local.

A realização de oficinas de capacitação se tornou uma prática do Interlegis, como forma de otimizar os recursos humanos, que são escassos, e financeiros. Com poucos técnicos, realizam-se estes treinamentos em cidades polo, sempre com a presença de representantes de dezenas de casas legislativas, o que também multiplica o alcance. Desta forma, centenas de municípios brasileiros recebem, gratuitamente, cursos de capa-

citação para uso de ferramentas tecnológicas. Pedese, em contrapartida, apenas a infraestrutura para que o curso seja realizado e que sejam designados funcionários para manter os sistemas em funcionamento e permanente atualização.

Assim, o Programa inova o conceito de modernização de Câmaras e Assembleias ao promover a autonomia dessas casas de leis no tocante à publicização de seus trabalhos, à comunicação e à consulta, pelos cidadãos, aos trabalhos legislativos. É uma maneira de levar transparência e deixar o legislativo municipal ao alcance de todos.

Os mais de 5.500 municípios brasileiros, portanto, conhecem pelo menos uma das faces do Programa, desde a oferta de equipamentos de informática, no seu início, às atividades atuais de capacitação, informação, tecnologia e comunicação.

DIRETORES DO INTERLEGIS

Titulares do Interlegis desde 1998, quando o Ato da Comissão Diretora nº 23 de 1998 instituiu a estrutura da Coordenação Especial do Programa Interlegis até os dias atuais.

A partir de fevereiro de 2013, o Interlegis deixou de ser Secretaria Especial e passou a ser Programa, executado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB):

1. Set /1998 - Set/2001

Armando Roberto Cerchi

2. Set/2001 - Mai/2002

Alexandre Paiva Damasceno

3. Mai /2002 - Set/2003

Paulo Fontenele e Silva

4. Out/2003 - Mar/2004

Antônio Flávio Testa

5. Mar/2004 - Mar/2005

Victor Guimarães Vieira

6. Mar/2005 -Set/2009

Márcio Sampaio Leão
Marques

7. Set/2009 - Fev/2011

José Alexandre Girão Mota
da Silva

8. Fev/2011 - Fev/2013

Haroldo Feitosa Tajra

CONVÊNIO COM O BID: O ÊXITO DE UMA PARCERIA



BID
BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

Os estudos que viabilizaram o Interlegis começaram na segunda metade da década de 1990 e ocorreram quase simultaneamente às negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que contava, à época, com o Programa de Modernização do Estado, contemplando parlamentos. Na esfera federal, porém, o Brasil não se enquadrava nas opções do Banco, de onde se pensou na integração das casas legislativas também nas demais esferas.

No segundo semestre de 1997, começaram as reuniões na tentativa de obter financiamento internacional para o Programa. Em oito meses, quatro missões do BID visitaram o Brasil para conhecer o projeto mais de perto. Decidiu-se pela contratação de consultores para

auxiliar na preparação e execução de ações, o que foi feito por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC).

Em junho de 1999, o projeto foi aprovado pelo Banco e o contrato com o governo brasileiro foi assinado um mês depois (com o Senado designado como órgão executor). O Programa Interlegis se tornou a primeira experiência de inclusão digital no âmbito parlamentar da América Latina.

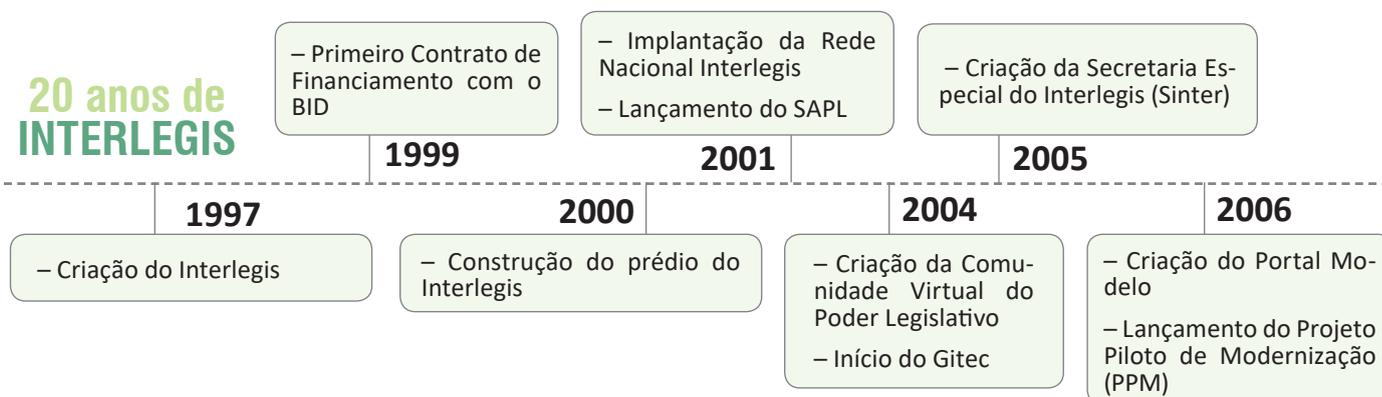
O prazo de execução foi prorrogado por várias vezes e a parceria internacional entre o Senado e o BID durou até o ano de 2015. O novo cenário no qual o Senado assumiu na integralidade o Interlegis foi o indicativo

de que a continuidade do Programa estava garantida em um novo patamar de compromisso da Casa.

Em preparação para as mudanças que viriam, em 2014 foram adquiridos 28 novos servidores de rede e de *storage* aumentando a capacidade de processamento e de armazenamento de dados do Interlegis. Também foi lançada a campanha permanente “Solução WEB Interlegis”, com o objetivo de combater o quadro de exclusão digital de câmaras municipais.

Tanto da parte do Senado, como da parte do BID, esta sempre foi uma parceria elogiada, como tendo ultrapassado as expectativas. Documento do BID chegou a dizer que o Interlegis era o “maior programa de modernização do mundo”.

20 anos de INTERLEGIS





Publicações Interlegis/ILB dão suporte para Câmaras, Assembleias e Escolas

Além do trabalho presencial, o ILB/Interlegis também auxilia as casas legislativas por meio de uma série de publicações de interesse direto para parlamentares e servidores. Tanto podem ser modelos de proposições legislativas (as mais variadas, como leis complementares, projetos de resolução, entre outros), como manuais sobre o funcionamento do Poder Legislativo Municipal ou de cerimonial.

Dispõe também de uma biblioteca básica – com a

Constituição Federal, Estatutos da Cidade, do Idoso e da Pequena Empresa voltada para o município, além da Lei de Acesso à Informação e outras de interesse – que é oferecida a comitivas que visitam a sede do Programa ou em Encontros Regionais.

Há ainda uma série, desenvolvida em parceria com a Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e o Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, chamada Cadernos Normativos. De

maneira didática, eles adaptam quatro temas relevantes para a esfera municipal a fim de colaborar com a atividade legislativa do vereador. São eles: preservação do patrimônio ambiental municipal, tributos municipais, política pública de utilização de *software* livre e políticas públicas municipais de proteção ao trabalhador.

Estas publicações estão disponíveis para *download* e são as campeãs de acesso no portal do Interlegis na internet.

– Assinatura de convênio com o BID para a segunda fase do Interlegis

2007

2008

– Guiné-Bissau adota o Portal Modelo

– Início do Programa de Modernização Legislativa (PML)

2009

2010

– Início do serviço de Hospedagem

– Fusão ILB
– Sinter

2013

2015

– Encerramento do Contrato de Financiamento com o BID

ILB INFLUENCIA NA CULTURA E NA GESTÃO DO SENADO

Uma das mais eficazes formas de medir o impacto da atuação do Instituto Legislativo Brasileiro é olhar para o organograma do Senado hoje e mapear os servidores que ocupam os principais cargos de direção da Casa.

Os cursos de treinamento e formação do ILB, em suas mais diversas áreas, têm mudado a cultura e a gestão da Casa e de seus servidores.

Se, antigamente, os principais cargos de direção eram muitas vezes escolhidos por critérios políticos, atualmente,

o mérito e capacidade técnica servem como um dos principais parâmetros.

Seja como alunos ou professores – ou mesmo ambos –, vários servidores que estão no comando do Senado, já passaram pelo ILB.

A diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, é um exemplo. Mestre em Comunicação Social, especializou-se em Direito Legislativo pelo ILB e fez vários outros cursos de capacitação.

“Em 2003, concluí a especialização em Direito Legislativo. Fez toda a diferença na minha

carreira” – afirma Ilana, que é, atualmente, uma das docentes do ILB na área de Metodologia de Pesquisa de uma série de cursos de especialização.

Entusiasta da educação permanente como processo de atualização de conceitos e processos, Ilana foi uma das mentoras da criação do Programa de Formação Gerencial (PFG), curso criado para melhorar a gestão

“A ideia é termos processo mais corretos, ações mais eficazes, com melhoria efetiva para toda a casa, mas, principalmente, para a gestão de pessoas” – afirmou ela, durante a abertura do segundo ciclo do PFG, em 2016.

do Senado e capacitar servidores para cargos de liderança da Casa.

“A ideia é termos processos mais corretos, ações mais eficazes, com melhoria efetiva para toda a Casa, mas, principalmente, para a gestão de pessoas” – afirmou ela, durante a abertura do segundo ciclo do PFG, em 2016.

A mesma opinião tem o diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, doutor em Direito e professor dos cursos de pós-graduação em Direito Legislativo e Políticas Públicas. Para

ele, o ILB está cada vez mais empenhado no fortalecimento institucional do Senado e no desenvolvimento dos seus quadros.

“Para isso, avançaremos em cursos, pesquisas e seminários voltados para o aperfeiçoamento do pacto federativo, das reformas estruturais e do diálogo entre as instituições e os Poderes” – explicou Helder.

Atual secretário-geral da Mesa do Senado, tendo passado por outros altos cargos, o mestre em Direito Luiz Fernando Bandeira de Mello

Filho é mais um entusiasta do ILB. coordenador-geral do curso de pós-graduação em Direito Legislativo do ILB e Professor de várias disciplinas, Bandeira afirmou, em solenidade de formatura da pós-graduação em Comunicação Legislativa e de Ciência Política, em 2015, que as ações desenvolvidas pelo instituto “são as melhores que a Casa pode fazer pelos servidores”.

“O fato de o aperfeiçoamento acontecer ao lado dos colegas de trabalho garante riqueza aos debates. Essa é uma atividade que



enriquece o Senado” – afirmou o secretário-geral da Mesa.

Já o diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado, Paulo Meira, Doutor em Administração, acredita que o papel do ILB é fundamental sobretudo em uma época em que o

quadro de servidores tende a ficar cada vez mais enxuto.

“Quem fica na Casa deve estar cada vez mais preparado para desafios crescentes, e aí é que o papel do ILB fica ainda mais importante: treinamento dos servidores para melhorar o

desempenho nas atividades presentes e capacitação para prepará-los para desafios futuros, inclusive na gestão da Casa” – destaca Paulo Meira, que tem a experiência de já ter sido aluno e professor de vários cursos no ILB.



Cúpula administrativa do Senado discute ações estratégicas

CURSOS DO ILB MELHORAM DESEMPENHO DE GABINETES PARLAMENTARES

Quanto toma posse do seu mandato e, por extensão, do seu gabinete, o senador só quer que ele funcione bem. Quase sempre traz do seu Estado pessoas que ficarão na linha de frente para que ele exerça suas atividades, embora também arregimente servidores da Casa. E a equipe vai deparar-se com uma enorme máquina e suas rotinas, sistemáticas, processos, normas e procedimentos. Para fazer esta engrenagem rodar, muito precisa ser feito – e o ILB tem um papel importante nisso.

Vários cursos do Instituto são voltados para este público, como forma de dar suporte a estes servidores. Assim, tem mudado a rotina dos gabinetes parlamentares, não só na gestão interna, mas também na forma de atuar profissionalmente com os diferentes públicos do parlamentar. Eles são pensados para atender às demandas dos gabinetes, como os de redação e processo legislativo ou de setores específicos, como os assessores de imprensa.

Leandro Bordignon Fogaça, há um ano no cargo de Assessor de Orçamento da liderança do PSD, fez os cursos de Organização de Gabinete e de Processo Legislativo do ILB. O primeiro, segundo explica, o fez ter uma visão melhor da importância do relacionamento de um gabinete parlamentar com seus diferentes públicos, principalmente em relação ao *feedback* no atendimento ao cidadão. “Antes de fazer o curso, eu pensava diferente; achava que não



precisava dar retorno a todas as demandas por informações, até porque sempre estava muito ocupado e não tinha resposta para tudo. Agora, retorno a todos, porque este atendimento é importante sempre”, explica Leandro.

Já com relação ao curso de Processo Legislativo, Leandro disse que seu trabalho melhorou bastante depois de fazer o curso, pois passou a entender melhor, na prática, como funciona o Senado. “Eu conhecia a teoria, mas, no cotidiano, muita coisa é diferente. O curso me ajudou a entender essas diferenças e, assim, a melhorar meu próprio trabalho”, afirmou o servidor, que disse já estar pensando em fazer outros cursos ou até mesmo em ser professor em áreas que domina.

A oportunidade de troca de experiências, de aperfeiçoamento profissional e de aprofundamento em debates e estudos sobre temas do legislativo e da política foram os maiores ga-

nhos que a jornalista Izabel Machado obteve ao fazer o curso de especialização em Comunicação Legislativa do ILB. Assessora de Imprensa da senadora Lídice da Mata, Izabel, acredita que o estudo acadêmico melhorou bastante sua rotina de trabalho e a forma de atuar.

“No dia a dia, a gente passa por muita pressão no trabalho. Voltar a estudar foi fundamental para não me acomodar nessa rotina e também para vislumbrar novas oportunidades de crescimento profissional”, destacou Izabel. Além do aprendizado, Izabel destaca ainda, como ganho na especialização, a ampliação da rede de contatos no Senado e a vontade de continuar estudando.

O ILB desenvolveu cursos específicos para os assessores de imprensa, inclusive por sugestão da área de Comunicação da Casa, como forma de ajudá-los a produzir o material jornalístico para o Estado dos senadores, entre outras necessidades.

EAD: MUDANDO A VIDA DE MILHÕES

O ensino a distância é hoje uma realidade e tem proporcionado a muitas pessoas oportunidades de conhecimento e qualificação que, em muitos casos, seria impensável de outra forma. O ILB foi pioneiro nesta modalidade, que utiliza desde os anos 1980. Nesses 20 anos de existência, foram emitidos mais de 1 milhão de certificados de conclusão de cursos em Educação a Distância (EAD). São cidadãos de todas as regiões brasileiras e também de alguns Países de língua portuguesa que acessam os cursos de qualquer ponto do globo.

Os cursos em EAD do ILB são voltados prioritariamente para as necessidades do Senado quanto à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes no exercício das funções institucionais da casa, mas o conteúdo é de interesse público e pensado para a educação cidadã em geral.

Eles são elaborados com base nos seguintes eixos temáticos de interesse do Legislativo: Processo Legislativo, Orçamento, Gestão de Pessoas e Contratação. São planejados e previstos conforme o Plano de Capacitação Anual do Senado, divulgado no site www.senado.leg.br/EAD.

Com e sem tutoria

Os cursos a distância podem ser com ou sem tutoria. Os cursos sem tutoria não têm acompanhamento de professor. O aluno interage diretamente com o material didático, faz exercícios e provas e obtém, se atingir a média, o certificado. O público-alvo são não apenas os servidores do Legislativo, mas todos os cidadãos.

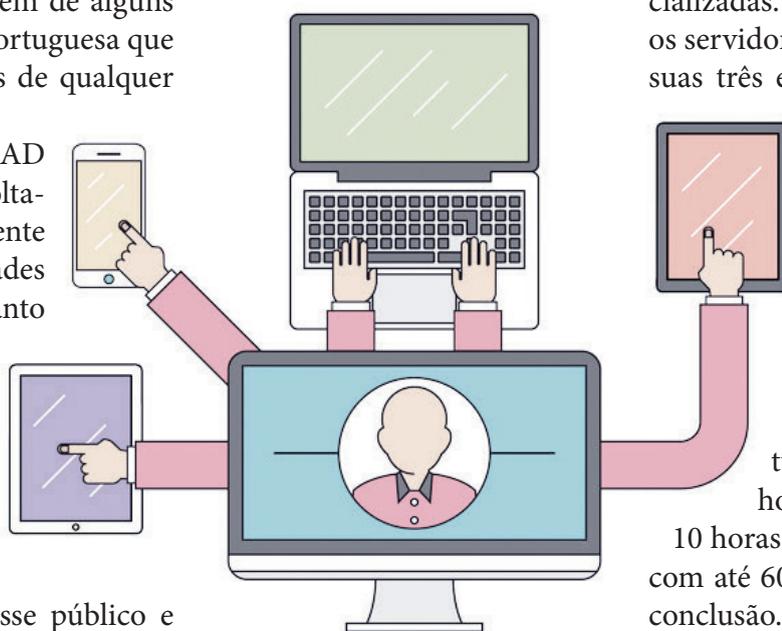
Mesmo sem tutoria, os cursos adotam estratégias peda-

do curso, sugestões de leitura e material pedagógico complementar. Todos os cursos possuem glossário, para esclarecimento de termos particulares ao conteúdo e alguns têm ainda vídeos para ilustrar e diversificar as dinâmicas de aprendizagem.

Já os cursos com tutoria são aqueles que têm orientação de professores/tutores pela Plataforma Saberes e são conduzidos por meio de ferramentas especializadas. O público-alvo são os servidores do Legislativo, em suas três esferas (federal, estadual e municipal) e de órgãos parceiros. Se houver vagas, são abertos aos cidadãos,

Nos últimos anos, o ILB tem oferecido, anualmente, 26 cursos sem tutoria, com cargas horárias variando entre

10 horas/aula a 60 horas/aula, com até 60 (sessenta) dias para conclusão. Já os nove cursos com tutoria são lançados em datas predefinidas, com carga horária de 60 horas/aula cada e 40 (quarenta) dias para conclusão. Outros três cursos com tutoria estão em fase de reestruturação. Todas as informações, em detalhes, inclusive a lista de cursos, podem ser obtidas na página do Senado Educação na internet.



gógicas para que os estudantes possam se aprofundar nos temas oferecidos. Uma delas é a seção de leitura complementar, com textos extras, como os trabalhos de especialistas da Consultoria Legislativa do Senado.

Há ainda exercícios de fixação e o mural de avisos, com recados sobre o funcionamento

PÓS-GRADUAÇÃO RESPONDE ÀS NECESSIDADES DO LEGISLATIVO

Os cursos de especialização do ILB são presenciais, com duração de até 18 meses e carga horária de 360h, além das 60h dedicadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). São voltados para a realidade e a necessidade do Legislativo brasileiro e visam analisar e discutir seus objetivos, ações, dificuldades e oferecer sugges-

ção) em parceria com universidades federais, que ficavam responsáveis pela emissão dos certificados. Os alunos eram servidores do Senado e órgãos conveniados, como Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal de Contas da União (TCU), Câmara dos Deputados (CD) e Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Senado, com 21 artigos cada, e os trabalhos produzidos pelos alunos das duas primeiras turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo e da primeira turma do Curso de Análise da Constitucionalidade. E também a disponibilização de todas as monografias dos cursos de especialização na Biblioteca Acadêmico Luiz

Cerimônia de formatura da pós-graduação do ILB



tões para melhorar a eficiência e o atendimento à população.

A história começa ainda em 2001, com a criação da Universidade do Legislativo (Unilegis). Como não tinha credenciamento próprio do Ministério da Educação (MEC), o Senado, por meio da Unilegis, passou a oferecer os cursos pós-graduação *lato sensu* (especializa-

Essas parcerias com universidades formaram 230 especialistas ao longo da existência da Unilegis e deram origem a diversos produtos, que tinham por objetivo estimular a produção de conhecimento técnico especializado.

Entre eles, a publicação de dois números da *Revista de Informação Legislativa do*

Viana Filho, do Senado Federal, além da criação das “Edições Unilegis de Ciência Política”, com três volumes: Introdução à Ciência Política, Introdução à Filosofia Política e Sistemas Políticos e o Modelo Brasileiro.

A partir de 2013, com o credenciamento junto ao MEC, passou a oferecer seu próprio programa de pós-graduação

não só a servidores da Casa, mas também a órgãos parceiros. Além de representar um reconhecimento à qualidade dos cursos e do corpo docente do ILB, a autorização do MEC significou economia de recursos, pois, antes, para certificar os alunos por meio das parcerias com outras universidades, o ILB tinha que pagar pelos diplomas emitidos.

Desde o credenciamento, o ILB já formou 209 novos especialistas em cinco cursos diferentes. Somados aos 230 alunos que concluíram por meio da Unilegis, já são 439 pós-graduados em um dos cursos oferecidos pelo Senado. Há ainda, atualmente, 64 alunos matriculados em um dos cursos de

pós-graduação em andamento no ILB.

Instituições parceiras

Assim como os servidores de órgãos parceiros podem se inscrever na pós-graduação do ILB, funcionários efetivos e comissionados do Senado também têm à sua disposição vagas oferecidas em cursos de pós por esses mesmos órgãos. No início de 2017, por exemplo, o Programa de pós-graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP) ofereceu matrículas para servidores do Senado em algumas disciplinas do Mestrado Profissional em Poder Legislativo.

Banco de Monografias

Em 2015, o ILB criou um banco virtual de monografias para armazenar os trabalhos desenvolvidos desde 2004, quando os cursos oferecidos eram geridos pela Unilegis e certificados por outras instituições de ensino superior. No mesmo ano, criou ainda uma página própria de fontes de pesquisa, onde estão armazenadas monografias produzidas no âmbito do ILB; ferramentas de busca, como o **BuscaLeg** e o **Siga Brasil**; e publicações do Senado Federal para facilitar a investigação científica, como o Guia de Fontes de Informações, produzido em 2012 e atualizado em 2014.

Veja a lista de cursos:

1. DIREITO LEGISLATIVO – 37 alunos formados em outubro de 2014 e 38 alunos formados em dezembro de 2016;
2. Administração Legislativa – 38 alunos formados em outubro de 2014;
3. Comunicação Legislativa – 27 alunos formados em agosto de 2015;
4. Ciência Política – 27 alunos formados em setembro de 2015;
5. Orçamento Público – 42 alunos formados em outubro de 2017;
6. Análise da Constitucionalidade – 28 alunos matriculados. Início em dezembro de 2016 com previsão de término em abril de 2018;
7. Avaliação de Políticas Públicas – 17 alunos matriculados. Início em dezembro de 2016 com previsão de término em abril de 2018;
8. MBA em Gestão Integrada de Projetos – 19 alunos matriculados. Início em dezembro de 2016 com previsão de término em abril de 2018.

UM PROGRAMA ÚNICO, QUE BENEFICIA QUEM MAIS PRECISA

Para uma pequena Câmara no interior do País – e isto vale para qualquer região – não é fácil ter acesso a produtos de tecnologia. Eles são caros, complicados para montar, aprender, manter. Certo? Nem sempre. A realidade pode ser diferente.

Até meados de novembro de 2013, a Câmara de Parobé, no Rio Grande do Sul, não possuía um site na internet, o que limitava o contato com a população. Dois funcionários da Câmara, então, decidiram vir a Brasília para participar de um treinamento – chamado de Oficina, por ser essencialmente prático – e, ainda durante aquela semana, o site já estava no ar.

“Um dos cartões de visitas que temos para interagir com as Câmaras em regiões mais carentes são os cursos e a estrutura que o Interlegis oferece; é o que sempre mostramos nas sessões itinerantes que a Assem-

bleia faz no interior do estado”, disse, em 2011, Alberto César, servidor da Assembleia Legislativa da Bahia.

Benefícios da parceria

Estes são diferenciais dos produtos e serviços Interlegis: os programas foram criados em *software* livre, que podem ser utilizados por qualquer casa, sem custos e sem a necessidade de grandes conhecimentos teóricos ou especializados. Podem também ser hospedados nos servidores do Interlegis, que ainda dá o suporte técnico.

São produtos inovadores, de alta tecnologia, constantemente atualizados e, destaque dos destaques, CUSTO ZERO.

É uma economia aos cofres públicos difícil de ser mensurada. Um estudo feito nos anos 2000, porém, com 700 casas, tomando valores mínimos de mercado, apontou uma econo-

mia de mais de 160 milhões de reais com o uso dos produtos Interlegis e os serviços de hospedagem.

Por isso, o Interlegis é um programa único, que fornece ferramentas e ações para promover a integração e a modernização do Legislativo, em especial das Câmaras que passam a ter à sua disposição um arsenal que lhes dá condições de garantir eficiência e transparência.

Transparência, aliás, é uma palavra-chave e os resultados são comprovados. Como no caso da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul. É o vereador Valdecir Rubbo quem diz:

“O convênio com o Senado Federal, através do programa Interlegis, foi um divisor de águas na Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves. A implantação do Portal Modelo e o Sistema de Apoio ao Processo

Em uma semana, Câmara de Parobé colocou o site no ar



Legislativo (SAPL) facilitou o trabalho dos servidores e deu mais transparência e visibilidade na Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves perante a comunidade. Prova disso foi o reconhecimento do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em que o portal da Câmara de Vereadores de Bento Gonçalves foi considerado o segundo mais transparente do Rio Grande do Sul. O convênio com o Interlegis é fundamental para o nosso trabalho e também para a qualificação dos nossos servidores através dos cursos disponibilizados”.

Os produtos Interlegis

Eis alguns dos produtos utilizados em Bento Gonçalves e em milhares de outras Câmaras em todo o Brasil.

Estes sistemas são desenvolvidos em *software* livre, o que permite sua livre utilização, distribuição e modificação. Estão prontos e disponíveis para *download* no ambiente colaborativo do Interlegis:

Portal Modelo – ferramenta que permite às casas ter um portal de internet baseado em tecnologia avançada de gerenciamento de conteúdo. Ele permite que o próprio usuário publique sem a necessidade de programação ou grandes conhecimentos técnicos. A Câmara tem seu site na internet personalizado e o administra com autonomia. O cidadão passa a ter acesso às informações sobre o processo legislativo e tudo o que ocorre nas casas legislativas. É uma ferramenta essencial para o cumprimento das medidas da legislação, como a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal.



Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) – É por meio desta ferramenta que a Casa Legislativa organiza a elaboração de proposições, protocolo e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção da base de leis. Também permite consultas às informações sobre Mesa Diretora, Comissões, Parlamentares, Ordem do Dia, Pauta da Sessão, Matérias Legislativas e Normas Jurídicas. Facilita a atividade parlamentar e dos servidores. Permite aos cidadãos acompanharem o andamento dos processos legislativos e pesquisas à legislação. Mais uma ferramenta a favor da transparência.

Sistema de Apoio à Atividade Parlamentar (SAAP) – Tem como objetivo prover um conjunto de ferramentas integradas para a otimização da atividade parlamentar, envolvendo o gerenciamento das interações dos parlamentares com pessoas, grupos e organizações, incluindo o gerenciamento de compromissos, agenda do parlamentar e processos. O sistema foi desenvolvido de forma evolutiva, com o lançamento sucessivo de versões que incorporam as su-

gestões e recomendações feitas pelos membros da Comunidade Interlegis (o que vale para as outras ferramentas).

Sistema de Protocolo e Documentação (SPDO) – Automatiza o processo de protocolo de documentos das Casas Legislativas (ou de outras instituições que adotem o sistema), efetuando o registro dos documentos, seus anexos e respectiva tramitação.

Oficinas e Encontros – Instrumento utilizado pelo Interlegis para oferecer continuamente atualização teórica e prática aos parlamentares e servidores do Poder Legislativo, seja quanto a questões tecnológicas ou de consultoria legislativa.

Tanto as oficinas quanto os encontros permitem reunir representantes de várias casas ao mesmo tempo. Elas são práticas e rápidas, proporcionando o aprendizado necessário para determinada questão. Além dos treinamentos para a instalação e uso do Portal Modelo e de ferramentas como o SAPL, as Oficinas mais demandadas pelas casas são as de Cerimonial e de Marcos Jurídicos, para revisão e atualização de Regimento Interno e Lei Orgânica.

NÚCLEO DE MULTIMÍDIA PRODUZ E DISTRIBUI MATERIAL EDUCATIVO PARA TODO BRASIL

Um dos grandes atrativos dos programas educacionais do ILB é o material utilizado, com destaque para as produções em vídeo, que estão ao alcance de qualquer pessoa. A área responsável por isto é o Núcleo de Multimídia, inicialmente denominado Central de Vídeo, que nasceu junto com o instituto, em 1997.

O Núcleo produz programas didáticos e videoaulas como complementos aos conteúdos de cursos de educação a distância (EAD). Esse material é distribuído também a escolas e instituições parceiras e disponibilizado no *Youtube*.

A primeira experiência em vídeo do ILB foi na produção do Curso de Orçamento Público, em 1997, e logo vieram outras, como o curso de Processo Legislativo e as séries “Canal do Município” e “Município Legal”, ambas a partir do Manual de Obtenção de Recursos Federais para *Municípios Sem a Intermediação de Terceiros*, publicado pelo ILB em parceria com a Consultoria de Orçamento do Senado. Uma equipe de vídeo registrou projetos de sucesso em todas as regiões do País, desenvolvidos pelos municípios a partir de orientações contidas no manual.

Inicialmente, toda a grade de programação era transmitida pelo sistema de circuito interno de vídeo da TV Senado, no canal 46. Mais tarde, por meio de contrato assinado com uma empresa privada, foi criado o Canal ILB, que passou a fazer

transmissões via satélite, com programação diária voltada também para servidores das Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. O acesso a acervos de vídeos culturais e educacionais de emissoras como a TV Cultura, a TV Senado e o Canal Brasil permitiu diversificar a programação.

Este Núcleo hoje produz para toda a casa e atua como canal corporativo

Nesses 20 anos, o Núcleo de Multimídia também colabora com diversas áreas do Senado, por exemplo, produções voltadas para o bem-estar do servidor, como as videoaulas de ginástica laboral. Além disso, divulga fóruns, seminários e eventos institucionais. Outra iniciativa de sucesso é o *ILB em Foco*, informativo semanal veiculado em redes sociais e na TV Senado, que tem como objetivo divulgar avanços nas áreas de formação profissional e gestão do Senado, como também ações

do Programa Interlegis. Desde março de 2013, já foram cerca de cem programas.

O jornalista Paulo Marcelo Lopes, que está no Núcleo desde o seu início, diz que a proposta inicial era produzir conteúdos audiovisuais exclusivamente para os cursos de EAD. No entanto, acabou atendendo também a outras demandas de capacitação de servidores, da área de gestão e de setores diferentes do Senado. “O Núcleo passou a atuar também como um canal corporativo, de registro e difusão de experiências essenciais para os servidores, a administração nas diferentes esferas do Legislativo e os cidadãos em geral”, explicou.

É o caso das videoaulas de educação cidadã produzidas pelo Núcleo e veiculadas pelo *Youtube*. Destinadas originalmente à comunidade legislativa, hoje elas são acessadas gratuitamente por milhares de brasileiros interessados em ampliar seus conhecimentos em diversos temas de interesse nacional.



Central produz vídeos de apoio aos cursos

BOAS PRÁTICAS: O EXEMPLO DA CÂMARA DE JAGUARÃO

A Câmara Municipal de Jaguarão, município de 27 mil habitantes na fronteira sul do Brasil, foi a primeira Casa Legislativa a completar o ciclo de ações previsto no Projeto de Modernização do Legislativo (PML) nas áreas de comunicação, tecnologia, informação e capacitação.

Com 200 anos, tornou-se modelo de modernização.

A data foi comemorada no dia 23 de novembro de 2011, em sessão especial de homenagem ao Programa Interlegis, com a presença de vereadores, servidores, representantes do

Interlegis e do BID, na pessoa do gestor do contrato com o Senado, Dino Capriolo.

Jaguarão foi também a primeira Câmara no Rio Grande do Sul a assinar o PML. Do diagnóstico em 2009 até então, passou por reformas físicas, capacitação de servidores, cursos e oficinas até a implantação dos produtos e serviços do Interlegis, como o Portal Modelo e o SAPL.

Dino Capriolo fez questão de registrar “o avanço que garante à população ter resguardados seus direitos e ter os seus representantes com mais condi-

ções de exercer suas funções de legislar, representar e fiscalizar”. Ele disse ainda que a parceria com o Interlegis tinha sido exitosa e que o Programa vinha atingindo seus objetivos e mostrando resultados.

O então Presidente da Câmara, Eduardo Neutzling, agradeceu a possibilidade que foi dada de acesso a ferramentas que ajudaram a concretizar cada passo dado pelo legislativo municipal. E registrou sua satisfação de ter ali a presença do representante do BID, “que pôde ver de perto o trabalho da equipe do Interlegis e dos nossos servidores”.

Câmara de Jaguarão recebe equipe do Interlegis e diretor do BID



ENCONTRO DO GIAL PREMIA CASAS LEGISLATIVAS

Em novembro de 2012 ocorreu o 1º Encontro do Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa, o EnGIAL. A Câmara Municipal de Campinas sediou o evento, com três dias de duração.

Na ocasião, houve o lançamento dos Cadernos Normativos, uma parceria entre o Senado (Programa Interlegis) e a USP de Ribeirão Preto, com sugestões concretas para a atividade legislativa do vereador

nas áreas de preservação do patrimônio ambiental, tributos municipais, política pública de utilização de *software* livre e políticas públicas de proteção ao trabalhador. Todo este material está disponível no portal do Interlegis.

Além de palestras e apresentações, o momento mais marcante foi a certificação dada às Câmaras que se destacaram por ações em um ou mais pilares do Projeto de Modernização Legis-

lativa (PML) – tecnologia, comunicação, informação e capacitação. Na ocasião receberam os diplomas: os presidentes das Câmaras de Catanduva (SP), Jardim do Mulato (PI), Morretes (PR), Natal (RN), Pouso Alegre (MG), Rolim de Moura (RR), Taubaté (SP), Teresina (PI), Campinas (SP), Apucarana (PR), Belém (PA), Jaguarão (RS), Jataí (GO), Juazeiro do Norte (CE) e Votuporanga (SP).

Câmaras de todo o País recebem prêmios por boas práticas



I CENSO DO LEGISLATIVO E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO

Há dezessete anos, o I Censo do Legislativo marcou a pauta das principais ações do Interlegis e apresentou resultados que mudaram os rumos do Programa. Entre julho e outubro de 2015, os 5.562 municípios existentes foram visitados: 260 voluntários, treinados em Brasília, catalogaram endereço, telefone e fax das câmaras municipais. Avaliaram ainda a estrutura física, as áreas de informação e de comunicação, a qualidade do processo legislativo, finanças e arquivos das casas, desenhando mais do que uma radiografia

Municipal de Juvenília (MG), cuja pesquisa identificou como principais instrumentos de divulgação das ações legislativas da Casa um carro de som e um *outdoor* na praça central.

As deficiências de capital humano e de estrutura física das câmaras municipais ficaram em evidência durante o Censo. Após estudos, uma das soluções propostas para minimizar o quadro foi o Projeto Piloto de Modernização (PPM) cujo objetivo era otimizar o trabalho do parlamentar, incorporando tecnologia e desenvolvendo re-

Assim foi que as cem casas selecionadas fizeram parte deste capítulo de destaque da história do Interlegis. Elas receberam um *kit* de informática e, mais importante, um plano de ação – composto de infraestrutura, tecnologia legislativas e de informação, educação e comunicação. A casa contemplada também teve treinamento para uso dos sistemas e para que pudesse se tornar multiplicadora de ações de modernização junto às Câmaras vizinhas.

Valeu a pena? Certamente. Muito embora nem todos os re-



Abertura dos debates da Conferência Internacional sobre o Censo do Legislativo em abril de 2006

de cada uma delas, um retrato do próprio Poder Legislativo Municipal no Brasil. Estes dados chegaram a ser apresentados em um Fórum Internacional.

Os diversos “Brasis” encontrados dentro do Brasil chamaram a atenção nos resultados do Censo, como o caso da Câmara

humanos.

Entre 2006 e 2007, foi realizada uma experiência piloto de modernização com cem câmaras municipais, escolhidas de acordo com dados econômicos e populacionais. Pelo menos uma casa em cada microrregião do País foi contemplada.

sultados tenham ocorrido como o desejado quanto à continuidade do processo de modernização após a chegada do Programa, ou mesmo em relação à conquista de um novo entendimento em questões como transparência, o Interlegis inseriu muitas casas legislativas no mundo *on-line*.



CURSOS PRESENCIAIS: MAIS DE 3 MIL INSCRIÇÕES SÓ EM 2016

O alcance dos cursos presenciais do ILB é tão amplo que há quem arrisque que praticamente todo o Senado já passou por um deles. Somente em 2016, por exemplo, foram 35 diferentes cursos presenciais, sendo 25 para os servidores em geral e outros 10 para os matriculados no Programa de Formação Gerencial (PFG). No total, houve 3.158 matriculados ao longo do ano, dos quais 2.545 chegaram até o final.

Os cursos presenciais do Instituto Legislativo Brasileiro, realizados em sua sede em Brasília, são escolhidos e oferecidos conforme a necessidade e a demanda dos servidores do Senado.

Novos cursos

Com base no Plano de Capacitação do Senado Federal (PCASF), documento elaborado com o objetivo de atender as

necessidades anuais de treinamento de cada área da Casa, o ILB criou em 2017 mais de trinta novos cursos presenciais de treinamento em diferentes áreas de conhecimento. Eles podem ser gerais, destinados a qualquer servidor, ou específicos, para atender determinado setor.

Um deles é o de “Escriba”, um editor de texto para taquigrafia. Há também o curso de “Análise de Impacto Legislativo”, que visa estudar os impactos econômicos, sociais e ambientais de um projeto de lei ou mesmo de uma lei já em vigor.

Na área de educação, são várias oportunidades para os atuais e futuros professores da Casa, como o de desenho instrucional, voltado para o planejamento de cursos. Ou o de *design* educacional, com técnicas para a elaboração de cursos e desenvolvimento de didática.



INICIATIVA DO INTERLEGIS, O LEGISLATIVO TEM O SEU PRÓPRIO DOMÍNIO DE INTERNET

Em 2011, o Interlegis elaborou um projeto técnico para viabilizar a criação e adoção de um domínio para o Legislativo na internet: é o **.leg.br**. Em 2012, o Senado, a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União anunciaram sua adesão ao novo domínio, que representa o reforço da identidade do Legislativo, além de padronizá-lo para todas as casas legislativas, facilitando o reconhecimento e eliminando barreiras técnicas e políticas.

O movimento de descolamento do Executivo começou pelo Judiciário, ao mudar a denominação **.gov** para **.jus**. Depois, a discussão tomou corpo dentro do Legislativo, onde os técnicos começaram a elaborar propostas, até que fossem adotadas pela cúpula administrativa das três Casas e endossadas por suas direções.

Todos ganham, mas principalmente as câmaras municipais de menor porte, que passam a ter acesso livre, automático, direto e gratuito ao sistema.

A primeira Assembleia a usar o novo domínio foi a do Amapá e, entre as câmaras municipais, a de Catanduva (SP), sempre

pioneira nas inovações tecnológicas. O número de adesões cresce diariamente. No final de 2013, já eram mais de 600. Em junho deste ano, foi alcançada a marca de 1.755 adesões.

A mudança traz também padronização e evita os problemas que muitas casas legislativas enfrentam para obtenção dos domínios. A ideia é que se reconheça imediatamente tratar-se de um órgão do Legislativo, a partir de seu endereço. Hoje, ainda existe todo tipo, inclusive os que adotam o **.com.br** ou **.net.br** ou até que se hospedam no exterior. Muitas Câmaras pagam por isso, sendo que o Interlegis oferece o Portal Modelo e a hospedagem sem custos. Elimina-se também o problema de dependência em relação aos órgãos do Executivo que fazem a gestão dos domínios, que às vezes criam dificuldades e até cobram por isso.

O outro aspecto é político, de definição de esferas de Poder. O governo é o Executivo. Legislativo e Judiciário são poderes autônomos. Natural que cada um tenha – inclusive na internet – a sua identidade.

SAPL FACILITA A VIDA DE CIDADÃOS, SERVIDORES E PARLAMENTARES

A sigla SAPL, hoje, é conhecida de boa parte das Câmaras municipais e Assembleias Legislativas. Traduzindo, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo é um produto criado por técnicos do Interlegis, que abrange desde a elaboração de proposições, passando pela sua tramitação até o seu armazenamento.

Com o sistema, é possível manter uma base de dados históricos e atual da Casa, incluindo informações sobre leis, atos normativos, ordens do dia, comissões e matérias legislativas em tramitação. O SAPL acelera a produção legislativa, já que possibilita a pesquisa, o envio eletrônico e a publicação de informações pela internet. Seu uso também possibilita que, com a instalação de um monitor, seja possível acompanhar as votações da Câmara em tempo real, o chamado painel eletrônico.

É, hoje, um grande aliado das casas legislativas no cumprimento das exigências sobre transparência, como a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Responsabilidade Fiscal e seus desdobramentos. Já virou até tese acadêmica.

Antes do SAPL, as Câmaras lidavam com muitos processos manuais, excesso de papel e falta de transparência – como atestam os Tribunais de Contas

O relato a seguir é muito representativo do papel do Interlegis na evolução do processo legislativo. Ricardo Ferraz, Diretor de TI da Câmara Municipal do Recife:

“Antes de 2004, o processo legislativo da Câmara era todo manual. Para cada tipo de proposição havia outra quantidade de vias necessárias, o que gerava problemas com insumos, como tinta e papel. Com 41 vereadores

na época, o processo era lento e dificultava o acompanhamento de proposições, tanto para o parlamentar, quanto para a população e também para a imprensa.

Então, mais ou menos em 2002, a Câmara foi convidada a assistir a uma videoconferência com o Interlegis na Assembleia de Pernambuco. Foi ali que ouvimos falar pela primeira vez do SAPL, mas a adoção da ferramenta só viria dois anos depois, em 2004.

No início, utilizamos somente na rede interna. Muitos servidores tiveram medo da novidade, mas as dificuldades foram vencidas aos poucos. Depois de alguns meses, todas as proposições passaram a ser feitas por meio do SAPL e ele foi, finalmente, disponibilizado para consulta externa.

As melhorias foram imediatas. Logo a instituição recebeu diversos elogios da imprensa. Também criamos um login para o Executivo Municipal para que o Prefeito encaminhasse suas proposições pelo SAPL. Ainda hoje é assim. Ele insere no sistema e depois o funcionário da

Câmara Municipal do Recife
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Busca por palavra-chave

início voltar impressão manual acessar

Mesa Diretora
Comissões
Parlamentares
Pauta da Sessão
Sessão Plenária
Matérias Legislativas
Normas Jurídicas
Relatórios

Pesquisar no LexML

Processo Legislativo

O Sistema de Processo Legislativo tem como finalidade apoiar a Câmara Municipal do Recife nas suas atividades relacionadas ao processo legislativo em geral, tais como: elaboração de proposições, recepção e tramitação das matérias legislativas, organização das sessões plenárias, manutenção atualizada da base de leis, entre outras. Ele também disponibiliza consultas às informações sobre mesa diretora, comissões, parlamentares, ordem do dia, proposições, matérias legislativas, normas jurídicas e outras. O Sistema facilita as atividades dos parlamentares, servidores da Casa e permite aos cidadãos acompanharem o andamento dos processos legislativos, além de pesquisar a legislação.

Mesa Diretora
Órgão colegiado, composto de no mínimo três membros efetivos - Presidente e 1ª e 2ª Secretários - a quem cabe a direção dos trabalhos legislativos. Os parlamentares integrantes da Mesa Diretora são eleitos por seus pares na primeira reunião de instalação do período legislativo, para um mandato de dois anos.

Parlamentares
O Poder Legislativo, exercido pelo sistema de representação, tem nos parlamentares a sua expressão máxima. Devem transformar os anseios de seus representados em ações diretas, na forma de leis ou buscando junto do Executivo obras e atos que beneficiem a sua comunidade. Possuem funções legisladoras, administrativas, julgadora e de fiscalização sobre a conduta do Executivo.

Sessão Plenária
Foro apropriado para a tomada de decisões sobre os projetos de lei e outras matérias legislativas ou administrativas, aprovadas ou rejeitadas em votação pelos parlamentares. É dirigida pela Mesa Diretora de acordo com o Regimento Interno da Casa. As decisões votadas em plenário são soberanas e prevalecem sobre interesses ou vontades individuais.

Normas Jurídicas
Nos municípios, referem-se às emendas à Lei Orgânica, às leis complementares, às leis ordinárias, os decretos legislativos e as resoluções.

Comissões
Órgãos da Casa Legislativa, de natureza técnica especializada e que têm por objetivo prestar melhores esclarecimentos aos parlamentares para a tomada de decisões. Assim, as comissões elaboram estudos, pareceres a respeito de determinados projetos de lei e investigação de irregularidades sobre o fato determinado.

Pauta da Sessão
Utilizada para se determinar quais matérias serão discutidas e votadas. A responsabilidade pela elaboração da Pauta da Sessão, que inclui Expediente e Ordem do Dia, é definida no Regimento Interno que, em geral, dá poderes ao Presidente da Casa Legislativa para a sua elaboração. Também, pode ficar a cargo de um colégio de líderes dos partidos políticos.

Matérias Legislativas
Tem início com o processo de criação de lei e a apresentação de projeto no Poder Legislativo. Na apreciação de matérias, podem haver eventuais conflitos de interpretação ou de entendimento entre o que estabelece o Regimento Interno da Casa e a Lei Orgânica do Município. Nestes casos, prevalece a Lei Orgânica.

Relatórios
Contém informações estatísticas sobre a produção legislativa dos parlamentares e da Casa, dispostas e agrupadas de diferentes formas de acordo com parâmetros fornecidos.

Rua Princesa Isabel, 410 - CEP: 50050-450 - Telefone: 81 3301-1256 - Fax: 81 3301-1256
Portal: <http://www.recife.pe.leg.br> - E-mail: camaradorecife@recife.pe.leg.br

Parlamento Juvenil de Pirai (RJ)
Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

Busca por palavra-chave:

início voltar impressão manual acessar

Mesa Diretora ajuda

Selecione o Período

Legislativa: 1ª (2015 - 2017) (Atual) Sessão Legislativa: 1ª (2015 - 2016)

Composição da Mesa Diretora

Nome do Parlamentar	Partido	Cargo
Thauna Kathelyn		Presidente
Rafael Pires		Vice-Presidente
Ana Luiza Rocha		1º Secretário
Vitoria Santana		2º Secretário

Rua Dr. Luiz Antonio Garcia da Silveira, 16 - Pirai - RJ - CEP: 27175/000 - Telefone: (24)2411-9500 - Fax: (24)2411-9500
Portal: <http://www.pirai.rj.leg.br> E-mail: cmpirai@pirai.rj.leg.br

INTERLEGIU

Prefeitura nos traz o original. Outra iniciativa acertada foi dar autonomia para os gabinetes operarem o Sistema.

Em 2004, não se falava tanto em transparência, mas naquela época já sabíamos o quanto havíamos ganhado em agilidade. Numa ocasião, uma determinada proposição recebeu em um único dia mais de 134 emendas. E a imprensa acompanhando. Tal agilidade também facilita a produção legislativa. Atualmente, imaginamos que a Câmara de Recife é a com o maior número de proposições do Brasil, 102.363 mil. Nosso próximo passo é migrar para o SAPL 25 mil leis”, aponta o servidor.

EVOLUÇÃO COLABORATIVA

Em meados de 2015, um servidor da Câmara de Jataí, Goi-

ás, enxergou no uso do SAPL uma lacuna a ser preenchida de modo a facilitar a vida de quem opera o sistema e assinou um acordo de cooperação com o ILB.

Frequentador do ambiente colaborativo COLAB, Leandro Roberto da Silva começou então a desenvolver a funcionalidade de compilação de normas jurídicas. Com ela, é possível reunir em único documento uma lei original e suas alterações, até chegar à versão vigente. Uma das vantagens imediatas está na economia de tempo na hora de realizar pesquisas sobre as leis e a possibilidade de minimizar a ocorrência de erros de interpretação.

SAPL PARA MENORES

O SAPL também provocou uma pequena revolução em Pirai, no Rio de Janeiro. Lá, com o apoio do ILB, a ferramenta recebeu adaptações para ser utilizada dentro do Parlamento Mirim. O “SAPLinho” oferece a experiência completa do SAPL na elaboração de leis para os vereadores mirins que participam do projeto, desde o espaço para a apresentação de projetos até a sessão filmada e gravada.

INTERAÇÃO E TRANSPARÊNCIA COM O PORTAL MODELO DE INTERNET

Já batendo na segunda década do século 21 é difícil imaginar uma Casa Legislativa que não tenha o seu canal na internet. Mas, neste Brasil de dimensões continentais e grandes disparidades econômicas, esta ainda é uma realidade muito presente, inclusive nos Estados considerados mais desenvolvidos. Um dos principais objetivos do Programa Interlegis é justamente dotar as Câmaras municipais de uma ferramenta que possibilite a cada uma ter a sua página na internet. Sem dificuldades. Sem custos.

Em sua terceira versão, o Portal Modelo, lançado em 2006, foi desenvolvido pelos técnicos do Interlegis para facilitar a vida de Câmaras e Assembleias, organizando informações. Moldado para atender às demandas do interesse público sobre as atividades das casas legislativas, a ferramenta de transparência disponibiliza ao cidadão a produção legislativa, a atuação parlamentar e a execução orçamentária e financeira.

“Poucos anos atrás, Braço do Trombudo em Santa Catarina não tinha site. O custo, quando você pega uma empresa particular é alto; tem o custo para fazer e para manter, mas com o Interlegis é gratuito”. A declaração é do vice-presidente da Câmara de Vereadores da pequena cidade catarinense (menos de cinco mil habitantes), Guido Vermohlen, que veio ele próprio participar de uma oficina em Brasília em 2013. Naquele encontro,

Guido saiu entusiasmado dizendo que iria levar as informações para outras Câmaras também: “muitos presidentes de Câmaras não sabem o valor que tem um site quando ele é gratuito”.

São muitas as vantagens do Portal Modelo, além da gratuitidade. A última alteração na Plataforma, ocorrida em 2014, ajustou completamente a ferramenta às Leis de Acesso à Informação e de Transparência permitindo a pesquisa de informações de interesse público, como relatórios financeiros e fiscais, despesas com diárias, convênios e editais, o que atendeu às exigências de órgãos como Ministério Público e Tribunais de Contas dos Estados.

Facilidade

“O Portal Modelo, na minha cidade Vassouras, representa a transparência do processo político como cidadania. Ele oferece as sessões plenárias ao vivo e mecanismos de interatividade entre o eleitor e o parlamentar” – disse Rita de Cássia, Assessora Administrativa da Câmara, no longínquo ano de 2007.

Diretor-Adjunto da Câmara Municipal de Ceará-Mirim (RN), Edvaldo Morais afirma que era um “privilegio contar uma verdadeira assessoria”, disponibilizada pelo Interlegis. Ele e o assessor de TI, Marcílio Bartolomeu, comentaram o uso do Portal Modelo: “o que é colocado à nossa disposição tem modernizado os trabalhos, em

“QUEREMOS ESSA MARCA DE SERIEDADE”

A Assembleia Legislativa de Alagoas também buscou o ILB em 2015 com a missão de sanar o que o deputado estadual Isnaldo Bulhões chamou de defasagem tecnológica. Para resolver a questão, a Casa adotou o SAPL e o Portal Modelo.

A situação da Assembleia não era muito diferente da de muitas outras casas legislativas em todo o País no quesito disponibilização das informações. Exatamente naquela época, ela havia recebido uma notificação da justiça local para colocar no ar seu portal da transparência. Assim, o presidente da Assembleia, Luiz Dantas, e outros membros da mesa diretora vieram ao Senado afirmando que adotar o Programa Interlegis, se associando a sua “marca de seriedade e qualidade” era a prioridade da mesa. Com o convênio, a Casa conseguiu mais tempo na justiça para cumprir com sua obrigação legal.

Em julho daquele ano, a Assembleia lançou o seu site, na Plataforma Portal Modelo, com ampla divulgação na imprensa. Luiz Dantas destacou que a Assembleia iria, a partir daquele momento, poder disponibilizar ao cidadão e a órgãos de todos os Poderes informações referentes à tramitação das matérias legislativas, à folha de pagamento da Casa e a posição de cada parlamentar frente aos mais variados temas de interesse público.

A Assembleia considerou o lançamento do site do Legislativo um marco no processo de transparência nas ações do Poder Legislativo e a Assembleia deu início a uma transformação no quadro de exclusão digital do Estado, um dos mais altos índices do País naquela época.

especial através do portal na internet onde podemos expor no site oficial da Câmara, de forma clara e objetiva, todas as ações legislativas de um modo geral e a transparência exigida por lei”.

O uso do Portal – prosseguem - “proporciona a interação com a comunidade local, que dentre outros serviços, acompanha a transmissão das sessões ordinárias e audiências públicas em tempo real, por meio de áudio e imagens gerados direto do plenário, também captado por emissoras de rádios locais que retransmitem; enfim, sendo ágeis e mostrando transparência de forma econômica.

Por essas e outras vantagens, Edvaldo e Marcílio disseram não ter dúvidas quanto as vantagens da ferramenta e concluíram: “indicamos às demais casas legislativas utilizarem de forma constante o Interlegis, que ainda capacita os servidores *on-line* e de forma presencial, além de contarmos com prestativo atendimento, quando necessário”.

Quando a Assembleia Legislativa de Rondônia colocou a nova versão do site da Casa no ar em 2015, o assessor de desenvolvimento do Departamento de Informática Alexei Abdo explicou: “Foi pensando em mudanças que trouxessem rapidez, leveza e avanços tecnológicos que a nossa equipe customizou o novo *Portal Modelo 3*, que é fornecido na Plataforma totalmente crua, customizada pelos nossos desenvolvedores”.



SESSÃO SOLENE PARA UM PORTAL NOVO

De Bom Jesus, no Rio Grande do Sul, vem outro bom exemplo de como o Interlegis ajudou centenas de casas legislativas a superar o cenário de atraso na disponibilização da informação e no distanciamento com a comunidade. Em 2015, durante um encontro de vereadores, a então parlamentar Lucila Maggi assistiu a uma palestra sobre o Programa Interlegis e as soluções que eram oferecidas para que as câmaras municipais se adequassem às exigências das leis de Acesso à Informação e de Transparência, por meio da adoção de algumas ferramentas tecnológicas. Integrante da mesa diretora da Câmara, ela vislumbrou ali a chance de resolver “um problema que se arrastava há anos”, conforme ela própria explicou.

“Todos os anos o Tribunal de Contas apontava falhas nos nossos procedimentos, que não estavam de acordo com a legislação”, contou Lucila. Após assinar convênio com o ILB, a Câmara passou a utilizar tanto do Portal Modelo quanto o SAPL. Os novos sistemas representaram um “grande avanço” e também uma significativa economia. Cálculos da casa davam conta de que seriam necessários R\$15 mil reais para contratar uma empresa para construir um site e mais mil reais mensais para mantê-lo no ar.

O “novo portal” da Câmara mereceu uma sessão solene para ser apresentado às autoridades locais e à comunidade. Vereadores compartilharam sua satisfação ao constatar que desde a instalação da página na internet, o Tribunal de Contas do Estado já não havia feito mais nenhuma cobrança à Casa. E até mesmo o servidor do Interlegis, Adalberto Oliveira, responsável pela implantação do site e pelo treinamento dos servidores, foi homenageado.

UM SERVIÇO 5★ – ESSENCIAL PARA 25% DAS CÂMARAS BRASILEIRAS

Olhando para os marcos que ajudaram a transformar o Interlegis no programa de referência em modernização e integração que ele é hoje em dia, uma palavra que parece destoar do assunto acaba, por fim, tendo um papel especial na explicação desta história de sucesso: hospedagem. Antes de fazer as malas, no entanto, entenda melhor o que isso significa.

A hospedagem do Interlegis consiste no armazenamento de dados e de sistemas de casas legislativas conveniadas em um centro de processamento de dados mantido em Brasília. O que surgiu como um serviço sem grandes pretensões, no entanto, hoje tem valor crucial na segurança de dados e na economia de custos de cerca de duas mil casas legislativas que confiam a manutenção e *backup* de seus sites e das informações cadastradas em SAPL aos 28 servidores de rede e de *storage* que compõem o *Data Center* do Interlegis.

Traduzindo: se este serviço sair do ar, mais de 25% das Câ-

maras de todo o País serão afetadas.

“O serviço de hospedagem marcou uma mudança na maneira de atender as casas legislativas”, explica o técnico Júlio Rebelo, que integra a equipe Interlegis desde 2002. Na visão original, acreditava-se que ao fornecer as condições para que as casas legislativas realizassem seus trabalhos de maneira autônoma, elas iriam, sozinhas, dar continuidade ao amadurecimento de áreas sensíveis como tecnologia da informação, atividade parlamentar e processo legislativo.

Na prática, pouco tempo depois de o Interlegis, ainda operando em parceria com o BID, entregar computador e impressora às Casas e de ter instalado centenas de sites de Câmaras, muitas delas, simplesmente não levaram adiante a manutenção de suas páginas. Também deixaram de alimentar o SAPL, o sistema adequado para tramitação do processo legislativo.

Foi assim que se percebeu que mudanças de Mesa nas câ-

maras municipais acarretavam, não raro, no rompimento com as práticas de trabalho vigentes e afetavam a continuidade dos compromissos acordados com a presidência anterior. Casas que contavam com a garantia e com a gratuidade dos produtos Interlegis passavam a contratar os serviços. Pior ainda era o trabalho já realizado, como, por exemplo, alimentação de dados no SAPL, que não era recuperado, voltando à estaca zero.

Foi para minimizar os impactos dessa ruptura que o Interlegis passou em 2011 a hospedar em servidores próprios sites e sistema SAPL de outras casas. Esse tipo de segurança se mostrou fundamental para situações recorrentes, como estas. Hoje, estima-se que se não fosse pelo serviço de hospedagem, aproximadamente um quarto das câmaras municipais do Brasil não teriam portal de internet. “O serviço de hospedagem se tornou a ferramenta para disponibilizar os objetivos do Programa”, afirma Júlio.



Guiné-Bissau *on-line*

Se o serviço de hospedagem se mostrou essencial para a realidade brasileira, ele não foi menos importante para cenários peculiares como o de Guiné-Bissau.

Após um longo período de guerra civil, um acordo de cooperação internacional envolvendo os governos de Guiné-Bissau, Brasil e Estados Unidos possibilitou que o Programa

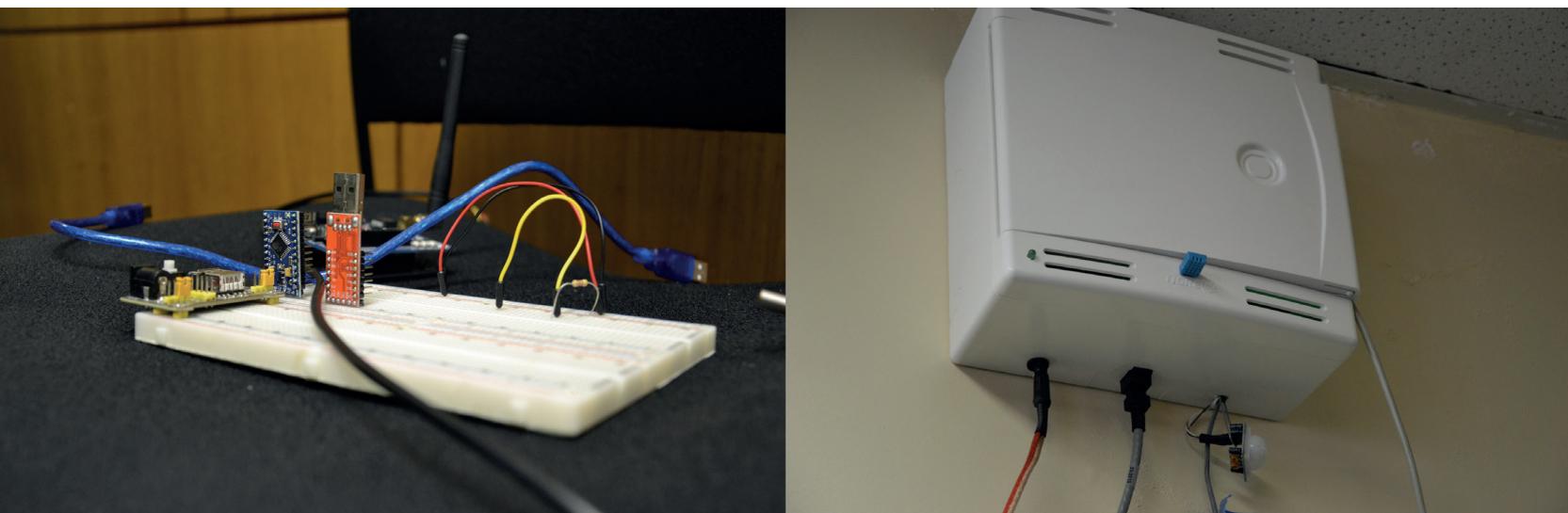
Interlegis chegasse até o Parlamento daquele país. Com uma democracia ainda em processo de fortalecimento, ficou a cargo do Interlegis a implantação de sistemas informatizados necessários ao processo de reorganização e modernização do poder legislativo.

Finalmente, em 2008 a assembleia guineense colocou o seu site no ar construído na Plataforma Portal Modelo. Um epi-

sódio marcante, conta José Dantas Filho, que compôs a missão técnica do Senado responsável pela viabilização do convênio, foi quando, durante o período em que as comunicações foram cortadas devido ao agravamento dos conflitos, a única página de internet que se manteve em funcionamento no País foi a da Assembleia, “porque rodava no sistema do Interlegis”.



Portal Modelo da Assembleia Nacional Popular, hospedado no Interlegis



GABUÍNO – SOLUÇÃO UNIVERSAL PARA UM PROBLEMA DOMÉSTICO

Certa noite, o técnico da COTIN Fábio Kaiser foi acordado de madrugada com um alerta no celular informando um aumento repentino de temperatura na sala de comando central do Interlegis. Duas da manhã, ele pegou o carro e veio ao prédio que abriga o *Data Center*. “Os três equipamentos de ar condicionado tinham dado pane. Por ter visto a situação a tempo, consegui contornar o problema até chegar ajuda adequada”, relata, aliviado.

A ação do colega que poupou alguns milhões de reais e garantiu que os serviços de hospedagem do ILB/Interlegis não sofressem interrupção, no entanto, não foi um caso de sorte e sim o resultado de uma solução

para um problema interno que deu certo: o Gabuíno.

A situação era essa: diversas vezes ao dia era necessário que um técnico da COTIN fosse até a sala-cofre do Interlegis para verificar a normalidade do ambiente – temperatura, energia, controle de umidade. Em um dado momento alguém se deu conta de que talvez fosse possível fazer este acompanhamento remotamente e logo concluiu que a resposta para este problema poderia estar no uso da Plataforma Arduino. O Arduino é um sistema eletrônico desenvolvido em *hardware* livre totalmente programável.

Usando-o como base foi desenvolvido o Gabuíno, que monitora todas as variações que podem impactar no bom fun-

cionamento dos equipamentos de qualquer ambiente em que ele seja instalado. O Gabuíno também envia notificações via celular como a que Fábio recebeu naquela noite.

A solução que começou na sala-cofre do ILB já chegou ao Prodasen, o órgão de Tecnologia da Informação do Senado Federal. Eles adotaram a solução para acompanhar a movimentação na sala-cofre do *Data Center* que atende todo o Senado e estão expandindo para os *closets*.

Como todas as demais soluções desenvolvidas pelos técnicos do Programa Interlegis, o código está publicado na internet, e pode ser utilizado sem grandes complicações.

E-MAIL CORPORATIVO: MAIS UMA NOVIDADE

Em seus 20 anos de existência, os técnicos do Programa Interlegis sempre se mantiveram alertas para identificar necessidades das casas legislativas e saná-las com soluções que realmente fizessem a diferença no seu dia a dia.

Foi assim com o Portal Modelo e com o SAPL, as “pratas da casa” na prateleira tecnológica do ILB. E, mais recentemente, com o e-mail corporativo, produto recém-criado que começou a ser utilizado de forma experimental em abril deste ano.

Depois de 47 casas legislativas participarem do projeto piloto, a ferramenta se tornou o mais novo produto tecnológico desenvolvido pelos técnicos do Interlegis.

O e-mail corporativo fixa uma extensão própria da Câmara ao e-mail oficial, no formato *servidor@camaramunicipal.uf.leg.br*. Elimina assim, a necessidade do uso de correio pessoal para enviar mensagens que devam ter a assinatura da Casa, garantindo mais credibilidade e confiança nesse tipo de comuni-

cação via internet. Cada Câmara poderá criar até 100 caixas de e-mail de 1GB.

A vantagem desta nova ferramenta, no entanto, vai além. As comunicações via e-mail dos legisladores e servidores do legislativo acabam ficando mais seguras, uma vez que todos os e-mails trocados ficam guardados no centro de processamento de dados do Interlegis, em Brasília, e não em espaços próprios de empresas privadas nacionais ou estrangeiras.



COMUNIDADES DE PRÁTICA PROMOVEM TROCA DE EXPERIÊNCIAS



O conceito de redes sociais é hoje amplamente difundido; há mais de uma década, no entanto, o Interlegis já adota um modelo de *comunidades de prática*, precursor deste tipo de relacionamento. O foco, no entanto, é um pouco diferente.

A primeira destas “comunidades”, em 2004, foi o Grupo Interlegis de Tecnologia (GITEC) – canal utilizado por pessoas envolvidas com tecnologia da informação, hoje com mais de 900 membros, que queriam compartilhar experiências de trabalho.

Em seguida vieram o Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa (GIAL) e o Grupo Interlegis de Comunicação (GICOM) – todos com o mesmo objetivo em suas áreas de atuação específica.

Seja para se integrar a estes grupos, seja para partilhar experiências ou resolver dúvidas, o modelo de interação do COLAB, o guarda-chuva que abarca os demais grupos, é simples, democrático, autônomo, sem hierarquia. Basicamente, tudo é feito por trocas de mensagens via e-mails.

As comunidades de prática funcionam como meio de integração profissional e organizacional e promovem o desenvolvimento de competências para o exercício de uma função por meio da interação e do debate. No nível das instituições, facilitam a difusão da cultura e de práticas legislativas e promovem a inovação. Hoje são 16, nem todas, porém, em plena atividade, que vão desde as de desenvolvedores de sistemas, até de dirigentes de casas legislativas, além das já citadas.

Luciano de Fázio, um ativo participante do grupo que já apresentou inúmeras contribuições para melhorias de produtos em geral e para o SAPL, em especial, constatou que “o GITEC, além de capacitar ao uso das ferramentas desenvolvidas pelo Interlegis, permite fazermos parte de sua construção”. Luciano tem muito a contribuir. Ele trabalhou na Câmara de Catanduva, que em 2011 completou dez anos de uso do Sistema.

São inúmeros os exemplos. Da Câmara Municipal de Vassouras, certo dia, um servidor pediu ajuda aos colegas: o presidente da Casa havia providenciado internet grátis para a população na praça em frente, mas ele temia o acesso indiscriminado a pastas administrativas, entre outras. Passou a receber, em seguida, uma série de dicas de como proceder.

Já na Câmara de João Pessoa, um servidor queria informações sobre o processo de gravação do áudio das sessões.

Perguntou no grupo. De Carneirinho, em Minas Gerais, veio a informação de que a Câmara de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, havia encontrado uma solução para o mesmo problema.

No âmbito das outras comunidades, como o GIAL, acontecem situações semelhantes durante todo o tempo. Em Cataguases, Minas Gerais, uma pergunta sobre o uso do tempo na Tribuna Livre foi lançada no fórum. Dias atrás, um cidadão havia ocupado o espaço por quase duas horas e ninguém sabia como resolver a situação. Horas depois um membro da comunidade escreveu direto de Juripiranga, na Paraíba, que o problema era mais simples do resolver do que parecia e deu o caminho das pedras.

Por fim, esta discussão iniciada por um usuário do GICOM de Esperantina, Piauí, deu o que comentar no grupo. Outubro de 2016, o servidor da Câmara questionava se havia razão por parte da assessoria jurídica em orientar que notícias e agenda de compromissos do Prefeito não constassem mais no rol de informações do site. Não apenas um, mas três membros do grupo deram suas opiniões e ajudaram o servidor a tomar a sua decisão.

Dez anos de muita tecnologia

Em outubro de 2007, os colaboradores da área de Tecnologia da Informação do ILB e do Programa Interlegis resolveram fazer um encontro

presencial e organizaram o I Encontro Nacional, em Brasília. Naquela ocasião, reuniram cem membros da comunidade. Na pauta de debates estava o SAPL – ferramenta de cidadania e comunicação –, e o Portal Modelo. A Câmara de Agudo, RS, foi uma das casas a se apresentar e prestar o seu depoimento sobre o uso e a importância dos dois produtos Interlegis. Já se discutia o futuro do Interlegis e sua necessidade para as casas legislativas.

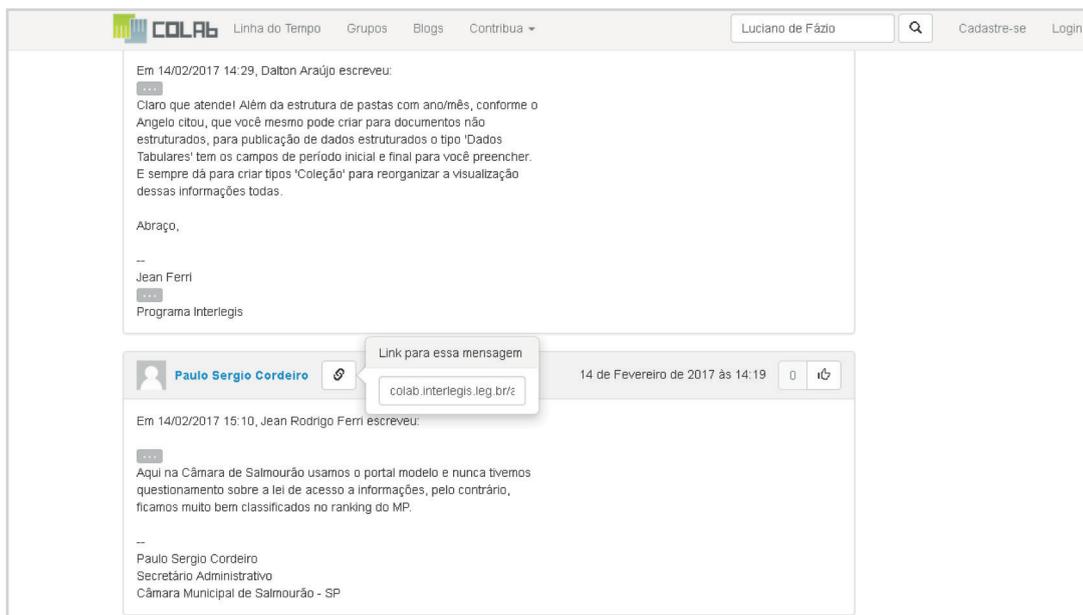
Dois anos depois o II Encontro dobrou o número de participantes. O domínio do Legislativo Brasileiro, o **.leg.br**, foi assunto no evento. Em 2010, o terceiro EnGITEC; em 2011, o quarto... até chegar no último encontro em 2016, a oitava edição.

A dinâmica dos EnGITECs possibilita que os interessados em palestrar inscrevam suas propostas para serem selecionadas previamente. E os temas são muito variados: nuvem do Le-

gislativo; dados abertos; EAD; Legimática; segurança da informação e muito mais.

Além de servidores do Senado e das casas legislativas nos estados, representantes governamentais e organizações privadas sempre marcam presença trazendo e buscando novidades.

Durante essa década de encontros, o EnGITEC foi o palco de 133 palestras, 26 debates, palestras relâmpagos e mesas redondas e 36 minicursos.



The screenshot shows the ILB website interface. At the top, there's a navigation bar with 'SENADO FEDERAL', 'Fale com o Senado', and 'Portais'. Below that, the main header includes 'Institucional | Escola de Governo' and a search bar. A secondary navigation bar lists 'Sobre o ILB', 'Educação a Distância', 'Pós-Graduação', 'Programa Interlegis', and 'Contato'. The main content area features a large banner for a survey titled 'Pesquisa "Avalie o curso"'. The banner displays three key findings: 99% affirming course objectives, 81% finding the workload compatible, and 98% finding exercises helpful. It also includes a bar chart and a 'Total de Participantes: 71391' label. To the right, a 'MURAL' section lists news items such as 'Web Biblioteca tem versão 2017 do Estatuto do Idoso' and 'Saberes agora permite segunda avaliação final para as novas turmas'.

ALUNOS APROVAM ILB

Os cursos de Educação a Distância (EAD) do ILB são praticamente uma unanimidade. Pelo menos é o que atesta uma pesquisa feita em 2016, na qual 98% dos alunos disseram que suas expectativas foram atendidas.

Este é um dos resultados da pesquisa espontânea realizada entre julho a dezembro daquele ano, com 71.391 alunos de todas as regiões brasileiras matriculados em um dos cursos *on-line* promovidos pelo ILB.

Intitulado Avalie o Curso, o levantamento buscou dados sobre a Plataforma Saberes, o perfil dos alunos, a qualidade dos cursos e o desempenho da equipe de suporte técnico. Todos eles são extremamente positivos para o ILB.

Mais de 130 mil concluíram

Em 2016, o ILB registrou cerca de 340 mil matrículas em um dos 26 cursos EAD oferecidos ao longo do ano. Desse total, quase 136 mil concluíram. Do total de participantes, 40% têm curso superior, 25% especialização *lato sensu* e 22% nível médio. A pesquisa também indicou que 45% dos inscritos buscam capacitação profissional com certificado.

Com relação ao conteúdo e aproveitamento dos cursos, 98% dos alunos afirmaram que os objetivos propostos são coerentes com o conteúdo apresentado e que a linguagem dos exercícios de fixação é adequada e compreensível. Sobre a carga horária de estudo exigida para a conclusão das disciplinas, 81% relataram que é compatível com

o volume de informação. Além disso, 93% aprovaram o suporte técnico prestado durante os cursos, afirmando que a equipe do ILB respondeu às dúvidas e resolveu os problemas em tempo hábil.

Outro aspecto revelado pela pesquisa é que as pessoas que buscam os cursos *on-line* do ILB já estão acostumadas com o uso da internet e com as ferramentas de educação a distância: 89% declararam que acessam a internet diariamente e 84% que já tinham experiência anterior com EAD. Por essa razão, 84% dos que responderam afirmaram não terem tido qualquer dificuldade em navegar, fazer *download* de arquivos, receber informações ou visualizar os avisos disponíveis na Plataforma Saberes.

QUALIDADE ATESTADA

Na própria Plataforma Saberes, existe um espaço para que os estudantes avaliem os cursos dos quais participaram. Centenas deles fazem questão de deixar sua opinião. E vale elogio, crítica, sugestão. Estes se referem apenas ao segundo semestre de 2016, mas dão bem a medida da aprovação do que o ILB oferece.

Poder Legislativo

“O curso me ajudou muito a compreender melhor o Poder Legislativo, sou acadêmica de Direito e me será bastante útil o aprendizado que tive aqui. Pretendo fazer outros cursos. Pois gostei muito da linguagem, dos vídeos, esquemas e imagens. Parabéns!”

Isabela Cristina,
Mineiros-GO, 19 anos

“A disponibilidade deste curso acerca do Poder Legislativo é de extrema relevância no que tange a informação e formação de cidadãos em uma democracia incipiente e deficiente como a brasileira, assim como para o desenvolvimento de cidadãos mais ativos.”

Rafael Santos, São João
Del Rei-MG, 22 anos

Curso de Relações Internacionais – Teoria e História

“O curso aborda assuntos interessantes, fazendo refletir sobre questões que passam despercebidas em nosso dia a dia. Adorei o curso e é uma bagagem de informações que levarei para toda a vida.”

Evelyn Castilho, São João
da Boa Vista-SP

“Muito bom o curso, resgata a história dos grandes acontecimentos políticos, ideológicos que impactaram no cenário internacional das relações humanas.”

Valtair da Cruz,
Porto Alegre-RS, 48 anos

Doutrinas Políticas – Social Democracia

“Sou recém-formado e busquei o curso para uma qualificação e para aprimorar os meus conhecimentos. O curso foi de grande excelência, pois consegui ter uma análise crítica da conjuntura atual do nosso País e dos desafios do contexto histórico.”

Norberto Fernandes, São
Bernardo do Campo-SP,
23 anos

“Ótimo, tanto para capacitação profissional quanto para o aperfeiçoamento do conhecimento para o ser. Recomendo e confirmo a eficácia da estrutura virtual para a realização deste curso de EAD.”

Kecia Renata,
Iporã-PR, 19 anos

Doutrinas Políticas – Liberalismo

“Primeiramente gostaria de parabenizar a instituição por disponibilizar este curso para a sociedade. É um curso que possibilitou muito conhecimento para mim. Algo que tinha visto vagamente na faculdade. Enfim, gostei muito do curso, parabéns.”

Leandro Grassel, Santa
Cruz do Sul-RS, 35 anos

“O curso sobre Doutrinas Políticas – Liberalismo me ajudou a compreender melhor as formas de regimes políticos existentes nele, além de promover conhecimento aprofundado”

José Elias,
Olinda-PE, 18 anos

Doutrinas Políticas – Socialismo

“Gostaria de parabenizar pelo acervo bibliográfico que foi usado para o curso. Uma sugestão é que mantenham esse nível de bibliografia, que de muito contribui para o estudo do curso e amplia com profundidade os assuntos pertinentes à matéria.”

Eric Bessa, Belo
Horizonte-MG, 48 anos

“Já fiz outros cursos a distância, porém esse está de parabéns. A organização, clareza e objetividade do curso facilita bastante para quem deseja obter mais informações sobre o tema escolhido. Fui sempre bem atendido, parabéns a toda equipe.”

Jeovane Cantareli,
Volta Redonda-RJ, 51 anos

Doutrinas Políticas – Novas Esquerdas

“O curso sobre as novas esquerdas foi muito bom; de linguagem simples, mas com conteúdo e textos e livros bem indicados, o vídeo sobre império é muito bom. Vou usar em minhas aulas, sou professor de história e esse curso deveria ser mais divulgado.”

Cláudio Marcelo,
Tabira-PE, 44 anos

“Curso muito bom. Apenas a carga-horária de 60 dias acho pouca, devido ao extenso material que temos para consultar e devido as nossas outras obrigações de trabalho e vida cotidiana. Mas o conteúdo é magnífico!”

Florislene Maria,
São Paulo-SP, 41 anos

VOCÊ SABIA QUE O SABERES SÓ EXISTE NO SENADO?

Você sabia que o Saberes, ambiente virtual pedagógico de ensino e aprendizagem do ILB tanto para ensino a distância (EAD) quanto para presencial, é único porque foi totalmente adaptado às necessidades do Senado?

Isso mesmo! O Saberes foi criado a partir do Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), mas essa escolha não foi aleatória. Foi justamente porque o Moodle é uma Plataforma de software livre (aberta), ou seja, pode ser usada livremente e adaptada às necessidades do usuário. Além disso, é um dos ambientes virtuais mais utilizados por instituições de ensino superior em todo o mundo.

O ILB, ao adaptar o Moodle às suas necessidades específicas de ensino, tornou o Saberes um ambiente único.

Essa Plataforma de educação do ILB proporciona aos alunos

acesso a materiais instrucionais, registro de notas, comunicação com coordenadores e professores de cursos, provas, fóruns de discussão acadêmica e a realização de enquetes *on-line*, como pesquisa de satisfação e acompanhamento de egressos, entre outros produtos.

O acesso ao Saberes é feito pelo www.saberes.senado.leg.br. Há, atualmente, cerca de 600 mil pessoas cadastradas na Plataforma.

Veja, a seguir, alguns comentários de alunos em EAD sobre a utilização da Plataforma Saberes:

“Eu gostei muito do curso, sou acadêmica de Licenciatura em Geografia e tenho dificuldades em encontrar cursos na área de política, e a Plataforma Saberes me ajudou muito. Obrigada.”

Quetlin Maiara,
Ijuí-RS, 25 anos

“Os cursos que o Saberes nos fornece é de grande importância para sociedade. Auxilia nos entendimentos políticos e também no aprofundamento em um assunto em questão. Agradeço imensamente pela biblioteca que nos fornece, contém acervos valiosos...”

Vitor Alexander,
Presidente Prudente-SP,
19 anos.

“Curso e Plataforma muito bons, o conteúdo apresentado é de fácil leitura e entendimento. Cabe ressaltar também os textos complementares que aprofundam o conhecimento e propiciam diversas visões sobre o assunto.”

Carlos Roberto,
Rio Grande-RS, 47 anos

“ Há alguns dias comecei a usar esta Plataforma de ensino e estou adorando! Me ajuda em muitos aspectos para aprimorar minha experiência no meu curso superior.”

Cristina Luchese,
Ibiralaras-RS, 19 anos

SOLUÇÃO WEB INTERLEGIS - SERVIÇOS GRATUITOS PARA AS CÂMARAS



Em 2014, o Interlegis colocou em operação uma ampla campanha para atingir quase a metade das câmaras municipais do País: o “Solução Web Interlegis”, conjunto de produtos e serviços concebido para combater um quadro de exclusão que acometia milhares de câmaras municipais.

Levantamento feito meses antes por técnicos do Programa demonstrava que 49,2% das câmaras municipais não tinham site próprio. A distribuição deste cenário de exclusão digital se mostrava democrático: mais de 70% na região Norte, 63% no Nordeste, 40% no Centro-Oeste e 38% nas regiões Sul e Sudeste.

O panorama apontava para o descumprimento das leis de Responsabilidade Fiscal, de Transparência e de Acesso à Informação que estabelecem que a publicidade dos atos e a prestação de contas de todo o Legislativo deve ser feita por meio da internet e as devidas penalidades.

O Solução Web foi a resposta para a situação. Ele oferecia de uma só vez a saída para dois problemas corriqueiros na vida de Câmaras de menor porte ou de orçamento apertado: 1) criação e manutenção de site e 2) armazenamento ininterrupto de dados. Tudo de forma simples, rápida e o melhor: gratuita.

O pacote de serviços de tecnologia e treinamento permitiu o encerramento do ano com mais de 400 solicitações de adesão e 800 hospedagens de

sites, além de 170 Câmaras participando de oficinas tecnológicas.

Os produtos

O pacote de serviços tecnológicos incluía: **Portal Modelo**, a ferramenta no qual o site seria desenvolvido; **hospedagem** no *Data Center* do Interlegis; e adoção do **domínio.leg.br** que substituiu o “.gov” no endereço eletrônico das casas, conferindo uma identidade mais adequada a um órgão do Legislativo.

O Solução Web é um projeto permanente. Qualquer Câmara Municipal, com pelo menos um computador em rede, pode ter sua própria página na internet sem qualquer custo. Para isso é preciso enviar ofício cujo modelo está disponibilizado no site do Interlegis.

OFICINAS CAPACITAM MILHARES DE SERVIDORES E VEREADORES

As oficinas Interlegis representam uma importante prestação de serviço para as casas legislativas que demonstram o desejo de adotar ferramentas tecnológicas de modernização e integração; seguir boas práticas de comunicação e de relacionamento; tornar-se mais transparentes; revisar marcos jurídicos. Não raro, porém, carecem de treinamento ou consultoria especializada para efetivar essas ações – ou de recursos.

As oficinas são sempre realizadas em cidades-polo, como forma de otimizar os recursos; assim, tem-se uma Câmara anfitriã e cerca de dez outras da região.

Às vezes, desta maneira, atinge-se mais de cem servido-

res, embora a média, sobretudo naquelas em que é necessário ter o equipamento (computador, por exemplo), gire em torno de trinta pessoas.

Assim, instrutores do Senado realizam estes treinamentos por todo o Brasil alcançando centenas de servidores e vereadores que, muitas vezes, realizam longas viagens para estar na Câmara que irá sediar treinamentos.

É o caso da secretária-geral da Câmara de Buriti do Tocantins, Rosimeire Maia, que esteve no mês de junho em Palmas para participar de uma oficina de revisão de marcos jurídicos e afirmou para o site local que “a oficina estava trazendo novas e importantes informações”. Sua cidade, que fica na região

do Bico do Papagaio, é cerca de 660 km distante da capital de Tocantins.

Paulo César Caixeta, analista de sistemas da Câmara Municipal de Patos (PB), que esteve em Brasília para participar dos cursos de SAPL e Portal Modelo em junho deste ano, disse:

“É fundamental esse curso (SAPL). O último que fizemos tem oito anos. É importante fazer uma atualização e conhecer as novidades da ferramenta. Hoje as coisas evoluem muito rápido e a gente acaba ficando para trás. Mas o SAPL tem uma linha que, se você tiver um treinamento, você consegue se dar bem com ele. É bem tranquilo”.

Da Câmara Municipal de Querência (MT), Rejane Freitas



disse que é frequentadora assídua das oficinas:

“Nós já somos participantes (das oficinas Interlegis). Já estivemos em Rondonópolis e Cuiabá e temos uns três anos de Portal Modelo. É de suma importância ter os produtos do Interlegis. Tanto para os servidores quanto para os cidadãos”.

A oficina do SAPL também foi bem avaliada pelo gerente parlamentar de Paraupabas (PA), Leandro Costa Medeiros:

“Nós já utilizamos o SAPL desde o ano passado, só que não tínhamos feito um curso, pra acessar toda a funcionalidade do sistema, e agora tivemos essa oportunidade de participar desse curso e está bem proveitoso”.

Adriana Chaves, responsável pela área de TI da Câmara Municipal do Pirai (RJ), também em Brasília em recente oficina, explicou porquê sempre que pode participar, está presente:

“A gente estar aqui no próprio Interlegis é muito importante porque tem a cooperação dos próprios desenvolvedores do sistema, o que agrega muito mais”.

E, no melhor estilo “amo muito tudo isso”, Adriana arrematou:

“A gente torce pra que esse projeto nunca acabe. As casas legislativas agradecem. O Interlegis é a minha segunda casa. Eu tenho um amor enorme por isso aqui. Eu gosto muito”.

Oficinas realizadas em Brasília e nos Estados



ENCONTROS INTERLEGIS APROXIMAM O ILB DAS CASAS LEGISLATIVAS

Os Encontros Interlegis são um capítulo de destaque nas ações de posicionamento do Programa junto a parlamentares e servidores de casas legislativas. Essas ocasiões, cuidadosamente planejadas para obter o maior número possível de adesão e aproveitamento, são tamanho sucesso que em praticamente todos os encontros é possível contar com a presença de senadores e autoridades de um ou dois Poderes que falam para auditórios lotados de faculdades, Câmaras, Assembleias, escolas do Legislativo ou sede de associações.

Os próprios senadores demandam a realização desses eventos, nos quais, além de temas mais diretamente ligados à modernização legislativa, trata-se de questões de interesse regional.

Além disso, há também as parcerias com entidades e instituições, que ajudam a abrir as portas para que o ILB chegue, por meio do Programa Interlegis, em centenas de municípios brasileiros.

Exemplo de entidade parceira é a Associação Brasileira de Câmaras e Vereadores do Vale do Itapocu, Avevi, que compreende sete municípios da região catarinense. Desde 2012, a Avevi, que mantém uma Escola do

Legislativo, tem realizado diversos eventos e oficinas com o apoio do ILB.

Ilton Piram, secretário-executivo da Associação, explica: enquanto a Avevi providencia o local e garante a participação das Câmaras, o ILB prepara os nomes dos especialistas ou facilitadores que irão conduzir os eventos. “Aqui, nós precisamos muito do apoio do Interlegis, que é fundamental para o sucesso dessas ações. O Interlegis tem sido um grande parceiro”, resume.

Uma das ações assinadas pelo Programa mais bem sucedidas é o combo Encontro Interlegis mais oficinas. A junção de treinamento para uso de Portal Modelo e Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e palestras conduzidas por especialistas em assuntos de interesse específico dos municípios costuma atrair Câmaras próximas de dentro e de fora dos estados anfitriões. Os eventos são sempre resultado de um entendimento entre o ILB e a Casa solicitante que, inclusive, sugere os temas que considera mais relevantes de serem apresentados.

Nova Legislatura – dicas para os novatos

Em 2017, um grande número de eleitos para o cargo de vere-

ador que nunca havia exercido mandato eletivo anteriormente tomou posse. Estima-se que a renovação em todo o Brasil passou de 70%. A cifra considerável desses agentes políticos sem experiência prévia, recém empossada, acendeu um alerta: a necessidade de treinamento e capacitação para o exercício do mandato parlamentar desse contingente.

O ILB/Interlegis desenvolveu então um evento com o objetivo exclusivo de ampliar o entendimento e sanar as dúvidas mais frequentes dos novos vereadores quanto às verdadeiras atribuições do cargo, o Encontro Interlegis Nova Legislatura.

O Município de Guararirim, em Santa Catarina, foi um dos primeiros a solicitar o evento, no final de 2016. O vereador Lizeu da Marmoraria foi um dos participantes. “Aprendi muita coisa nesse Encontro. O material distribuído, eu tenho em casa. Vira e mexe eu estou lá consultando. O palestrante (ele se refere a Francisco Biondo, coordenador no ILB) era excepcional. Ele ensinou coisa que o vereador mais simples, de cidade pequena, nem imagina. Até como se vestir. Como abordar o público. Como pedir voto. Espero logo um próximo Encontro”, declara Lizeu.

Se a ação foi desenvolvida pensando nos novos eleitos, ela não deixa de ser atrativa para os veteranos como o colega de Câmara de Lizeu, o vereador Charles Longhi, em seu segundo mandato: “Já participei de outro Encontro Interlegis de

natureza bastante parecida com esse logo no meu primeiro mandato. Achei tão importante que repeti. Posso afirmar que esses Encontros me ajudaram e me ajudam a promover o meu mandato me dando um melhor esclarecimento sobre o meu papel,

tanto assim que fui o único vereador a se reeleger na Câmara. Nós, de cidades pequenas, precisamos muito de cursos como esses que o ILB fornece. Esses cursos fazem toda a diferença na vereança”, afirma.

Evento em Belém, realizado em agosto de 2017, reuniu centenas de participantes, do governador a vereadores



O TRABALHO DE ADEQUAÇÃO DA LEI ORGÂNICA E DO REGIMENTO INTERNO

A partir de 1988, com os rumos de descentralização e maior participação determinados pela Constituição Federal, uma nova realidade para os municípios brasileiros surgiu. Foi o advento da Lei Orgânica, uma espécie de réplica, em nível municipal, da Carta Magna. Ela deveria agregar o lado institucional, por meio de partidos, instituições e a administração municipal e os movimentos e organizações da sociedade.

Com a realização de uma série de visitas de diagnóstico às Casas em 2007, porém, verificou-se uma realidade até então desconhecida: sem serem adaptados à realidade local e muitas vezes sendo meras cópias de

documentos ultrapassados ou inadequados, regimentos internos e leis orgânicas de centenas de municípios não traduziam a realidade local ou não correspondiam às necessidades e particularidades daquelas localidades. Isso sem falar no alto índice de Casas que nem ao menos tinham seus marcos jurídicos. Ainda em 2011, um terço das cidades não contava com uma constituição municipal.

Outra situação preocupante é alertada pelo Consultor Legislativo do Senado, Paulo Henrique Soares, que chamou a atenção para a dificuldade do legislador municipal em acompanhar as modificações da Constituição sobre municípios e para os ris-

cos da falta de informação a respeito da alteração constitucional que pode “induzir à edição de atos e normas locais inconstitucionais”.

Surgiu daí, com a participação efetiva da Consultoria Legislativa do Senado Federal, a ideia de prestar este serviço, o que vem se dando ao longo dos anos em oficinas, consultorias e na publicação de um manual – “Apontamentos sobre o Poder Público Municipal: a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal”.

As Oficinas Interlegis de Revisão e Atualização dos Marcos Jurídicos são uma das ações do ILB mais solicitadas.



A declaração do instrutor Luis Fernando Pires Machado pode ajudar a compreender o porquê: “A Constituição Federal já sofreu 98 alterações. Destas, pelo menos 52 impactam direta ou indiretamente no texto da Lei Orgânica Municipal. Isso causa insegurança jurídica e às vezes compromete o repasse de verbas federais, uma vez que as diretrizes de políticas públicas precisam constar no texto da lei. Por isso, é necessário primar pela atualização das Leis Orgânicas”.

Não se trata de uma questão retórica. Camaragibe, na Bahia, enfrentou um problema prático, fruto da falta de previsão, na legislação local, de como

usar os terrenos públicos. Isso acabou gerando dificuldades, por exemplo, para a instalação de agências bancárias e postos de serviços, entre outros. A Câmara, então, pediu a ajuda do Interlegis, que submeteu a Lei Orgânica da cidade a minuciosa análise e fez as sugestões de adaptação, além de incorporar no texto necessárias mudanças com vistas à modernização e melhoria ao atendimento público.

Consultores ajudaram a fazer regimentos das Câmaras

Em 2012, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o

Interlegis contratou 11 especialistas para incrementar a elaboração e a revisão de leis orgânicas e regimentos internos de câmaras municipais.

Levantamentos mostravam que cerca de 30% das Câmaras tinham alguma deficiência em relação às ferramentas jurídicas que dão suporte às suas atividades. A meta era atualizar marcos jurídicos de 110 Câmaras. Realizados os trabalhos, foram entregues às casas 140 relatórios.

Com o trabalho dos consultores e a realização das Oficinas, o Programa Interlegis já ajudou a contemplar mais de 400 Câmaras com a revisão e atualização de seus marcos jurídicos.



A FORÇA DAS PARCERIAS

A formação de parcerias é uma das estratégias mais bem-sucedidas para a repercussão e o êxito das ações executadas pelo Programa Interlegis tanto em municípios remotos quanto em grandes cidades, que, em geral, não compartilham das mesmas demandas dos seus vizinhos de menor porte.

Fazer alianças com Associações, Federações e Confederações as mais diversas ajudou o Interlegis a se tornar conhecido de milhares de vereadores Brasil a fora e a assinar centenas de convênios, disseminando suas ferramentas de modernização.

Como exemplos de parceiros, cite-se a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (UNALE); a Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (FENALEGIS), a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), e a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Em junho de 2017, O ILB/Interlegis participou pela oitava vez da Conferência anual da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, em Foz do Iguaçu (PR). Este evento da UNALE costuma reunir mais de 1.500 parlamentares, além de palestrantes, estudiosos e interessados. Também promove a reunião simultânea de dezenas de entidades vinculadas ao Poder Legislativo, como associações de taquígrafos, cerimonialistas, policiais legislativos, dentre muitos outros. O ILB participa com demonstrações dos produtos tecnológicos

do Interlegis e com os voltados para a Educação.

Com a FENALEGIS, já foram organizados na sede do Interlegis seminários e conferências voltados para as câmaras municipais. Mas representantes do Interlegis marcam presença em diversos eventos promovidos pela Federação em várias partes do País. Em 2015, assinaram um compromisso para trabalharem juntos pela exclusão digital das Câmaras.

Outra parceria intensa do Interlegis é com a União dos Vereadores do Brasil (UVB). Em novembro de 2016, depois das intervenções do diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças, e do Coordenador Francisco Biondo, durante o 52º Encontro Nacional de Vereadores, em que se discutiu a modernização do Legislativo e o momento de restrição fiscal no País, várias Câmaras e a própria entidade, procuraram o ILB para firmar convênios.

Parceria intensa com a ABEL

Capacitar, treinar, reciclar. Estes são os objetivos básicos de uma Escola do Legislativo, uma instituição recente, mas que não para de crescer: eram quatro, em 2003, quando foi criada a ABEL (Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas); agora beiram as duzentas. Estas escolas, mais do que parceiras, são quase uma extensão do Interlegis, tal a sinergia com que trabalham em Assembleias e Câmaras.

A evolução das atividades das Escolas do Legislativo, tem mostrado um outro lado, além



da qualificação dos profissionais das casas legislativas: o exercício da cidadania, por meio dos chamados Parlamentos Jovens, que hoje se espalham por todo o País. “Esta é uma grande ação das escolas, que vai contribuir na formação de uma nova geração para o Legislativo brasileiro”, acredita Florian Madruga, servidor aposentado do Senado e presidente da ABEL.

A médio prazo, na sua avaliação, o trabalho das escolas vai proporcionar uma melhoria na imagem do Parlamento, pois contará com servidores mais qualificados e valorizados, que prestam melhores serviços.

Há muitos exemplos de boas iniciativas, como na Câmara Municipal de Pouso Alegre, cidade mineira, que já produziu até uma Academia de Letras Juvenil e publica livros dos estudantes. Ou a da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que criou um curso pré-vestibular. Ou ainda a de Roraima, que vai até as aldeias indígenas.

No início de 2017, um evento realizado pela Escola do Legislativo de Rondônia chegou a reunir mais de 400 vereadores, que ouviram representantes do ILB sobre os produtos e serviços oferecidos pelo Interlegis.

PROGRAMA DE FORMAÇÃO LEGISLATIVA, UM CAMINHO PARA A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Desde o início de 2017, servidores do Legislativo municipal, estadual ou federal têm à sua frente um novo caminho a trilhar para o aprimoramento de suas funções. É o Programa de Formação Legislativa, um conjunto de cursos *on-line* disponível na Plataforma de ensino a distância Saberes, organizado a fim de promover um meio rápido, gratuito e confiável para a capacitação profissional.

Ao encaminhar-se para a página www.senado.leg.br/escola-degoverno, servidores de Câmaras e Assembleias, vereadores e deputados estaduais encontram um conjunto de cursos que po-

tencializa o desenvolvimento de competências básicas, gerenciais ou específicas para o desempenho das funções públicas. São 26 opções, distribuídas em oito módulos.

Cursos e videoaulas tratam de assuntos os mais diversos: poder legislativo municipal; ciência política; organização de gabinete parlamentar; redação e técnica legislativa. E a variedade continua com orçamento avançado; direito do consumidor; Lei de Acesso à Informação e doutrinas políticas.

A partir de uma demanda das Escolas do Legislativo de oferecerem capacitação para

os servidores de suas casas em parceria com o ILB, o Instituto enxergou uma oportunidade de organizar cursos *on-line* em trilhas de aprendizagem, um conceito conhecido em Educação para o desenvolvimento de habilidades necessárias para a realização de uma tarefa ou desempenho de um cargo ou função.

Com mais esta inovação, o ILB demonstrou estar atento às novas necessidades de uma sociedade em constante mudança, comportamental e tecnológica, em que o desenvolvimento das instituições depende do desenvolvimento de seus colaboradores.



AJUDANDO QUEM MAIS PRECISA: OUTROS DEPOIMENTOS

“Nós encontramos a mão estendida do Interlegis e agora queremos fazer o mesmo com relação às Câmaras do interior; é até uma questão de gratidão”. São palavras de Antonilson da Silva Moura, técnico em informática da Assembleia Legislativa de Rondônia, autodeclarado “o maior entusiasta” do Programa.

Seu depoimento tem a ver com uma história que remonta a 1999, quando ele começou a se relacionar com os técnicos em Brasília e logo foi transformado em representante do Programa junto à Assembleia. Ainda hoje, ele está na linha de frente para tornar Rondônia um Estado em que 100% das Câmaras tenham o seu portal ativo na internet – e a equipe atingiu o objetivo.



Esta é uma mostra de como o Interlegis atua, sem privilegiar quem quer que seja, independentemente do porte da Casa Legislativa. Mantém contatos e programas com todas as capitais, nas Assembleias Legislativas, mas também com as pequenas Câmaras, tornando-se parceiro, sobretudo, daqueles que mais precisam do seu suporte.

Do Norte ao Sul do Brasil, o Interlegis está presente, com maior ou menor intensidade, na vida de todas as Câmaras, contribuindo para que se tornem mais modernas, atuantes, transparentes e mais integradas com a comunidade.

Mais importante aqui é que elas próprias deem seu depoimento a respeito deste relacionamento. Em comum, elas dizem sempre que existe uma Câmara **antes e depois** do Interlegis. Conheça algumas dessas histórias a seguir, colhidas de materiais já publicados:

Câmara de Taubaté em momento delicado

“Em um momento importantíssimo da política na cidade de Taubaté, em 2011, o Interlegis nos ajudou na revisão da nossa Lei Orgânica, datada de 1990 e que previa, numa época em que o prefeito esteve preso, que assumiria em seu lugar – pasmem! – o Secretário de Assuntos Jurídicos da cidade e não a vice-prefeita”, relatou o Professor Fábio Moutinho Bueno, na época supervisor da Escola do Legislativo da Câmara. Em menos de um ano, a Câmara recorreu ao Interlegis, houve uma oficina, a lei foi revista e promulgada. “A ajuda veio em boa hora”.

Taubaté, no entanto, não se beneficiou apenas por esta ação e, mais importante, tratou de repassar os conhecimentos adquiridos. Do curso de Orçamento Público, resultou uma resolução que sistematiza todo o processo e tem uma garantia explícita de

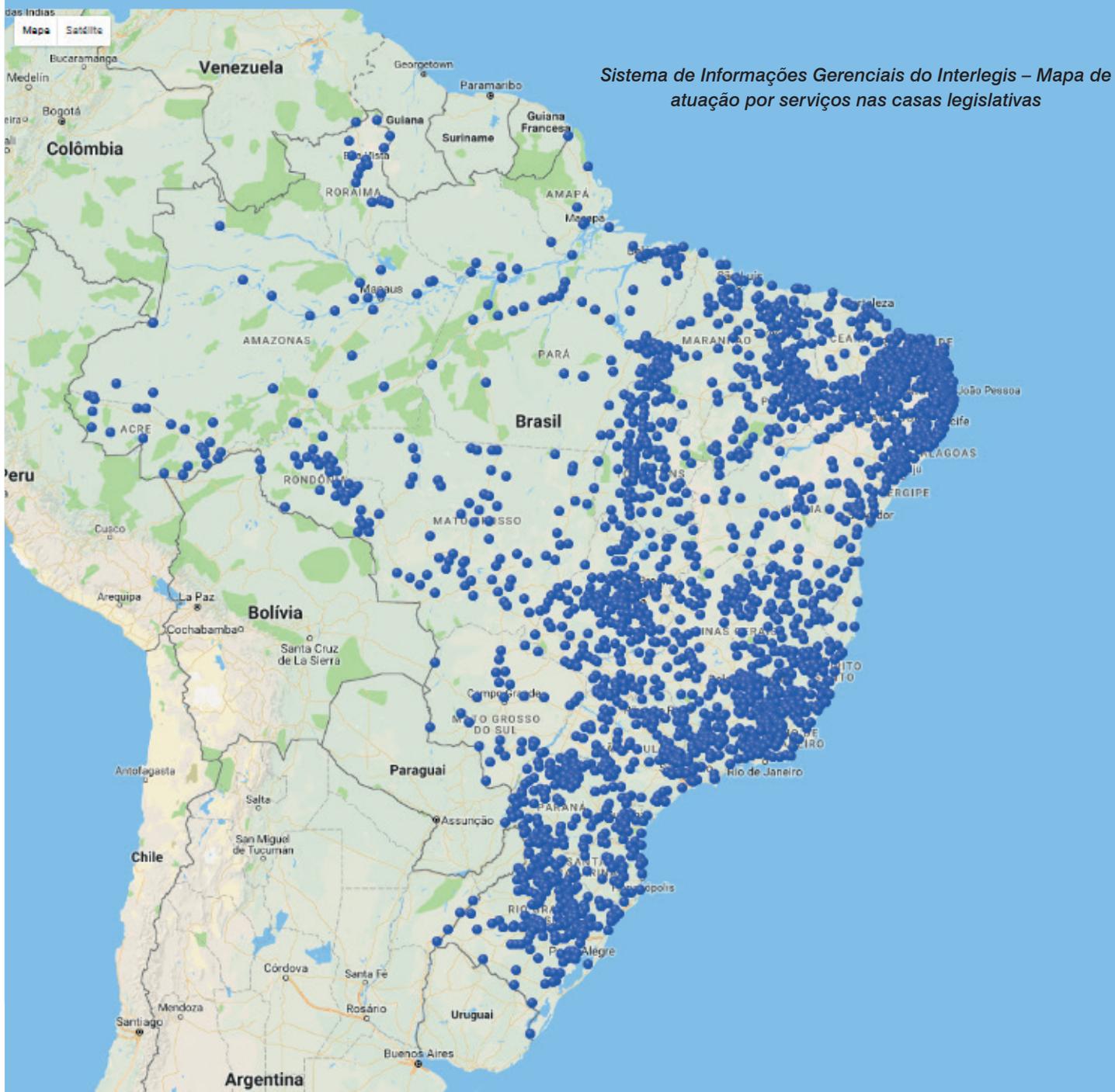
participação popular e transparência na divulgação dos dados. Foi ainda uma das pioneiras no curso de Cerimonial e outros de capacitação dos servidores:

“Nós nos tornamos uma referência não só no Estado, mas em todo o Brasil, sobretudo a partir da criação da nossa Escola, que derivou da parceria com o Interlegis. E o alcance foi regional, visto que nossas ações são compartilhadas com outras 38 cidades de nossa região metropolitana, onde habitam 10 milhões de pessoas” – afirmou o professor.

Agudo ganha computador, adota PM e SAPL e se torna colaboradora dos sistemas

Agudo é uma cidade de 16 mil habitantes no centro do Rio Grande do Sul. Anos atrás, para a Câmara da cidade era quase inconcebível adquirir equipamentos de informática. Foi quando chegaram os equipamentos doados pelo Senado, dentro do acordo com o BID. “Mais importante foi que nos disponibilizaram o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e o Portal Modelo” – destacou André Brum, técnico da Câmara e, desde então, um dos mais atuantes parceiros do Interlegis, virtualmente, nas comunidades de prática.

Com as duas ferramentas, contou ele, “quando uma proposição ou documento é registrado, é automaticamente publicado na internet, promovendo a transparência”. Esta tecnologia foi transferida



RAIO X

O alcance do trabalho realizado no âmbito do Programa Interlegis não pode ser visto apenas por números frios, inclusive porque ele se multiplica de maneira tal que, muitas vezes, sequer se tem conhecimento disso (até porque, por serem desenvolvidos em *software* livre, os produtos podem ser usados por qualquer pessoa). Mas alguns dados podem ser citados e medidos.

O número de casas hospedadas no *Data Center* do Interlegis, em meados de 2017 era:

- domínio **.gov** – 140 casas legislativas (a maioria em fase de transição);
- domínio **.leg.br** – 1.818 casas legislativas;
- SAPL – 986 casas legislativas;
- Portal Modelo – 1.715 casas legislativas;
- E-mail corporativo – 63 casas legislativas.

Acrescente-se também que as comunidades de prática (grupos de discussão *on-line*) reúnem mais de 2.200 pessoas e que, somados apenas os anos de 2015 e 2016, mais de 320 casas legislativas e de 1.200 servidores foram contemplados com palestras e oficinas de revisão de marcos jurídicos, *webjornalismo*, Portal Modelo, SAPL e Processo Legislativo. Já o levantamento dos cursos de Cerimonial no Ambiente Legislativo e outras oficinas afins é mais abrangente: em dez anos foram atendidas cerca de 240 casas e 1.500 pessoas.

para o projeto *Câmara.com*, uma sala destinada à comunidade para acesso à internet, usada principalmente por jovens, conta André.

Interlegis coloca Cachoeira do Sul no mundo *on-line*

“O Interlegis pôs nossa Câmara no mundo *on-line*”, constatou o servidor da Câmara de Cachoeira do Sul, a primeira Casa Legislativa gaúcha a assinar convênio, Gelson Elesbão. Foi em 2000. Firmado o convênio, a Câmara recebeu um microcomputador, uma impressora *laser* e um *modem* externo com *hub*— equipamentos de ponta naquele período. Assim, o Interlegis foi decisivo para a Câmara ingressar no mundo di-

gital de forma definitiva. Pouco tempo depois a Casa implantou o SAPL.

Custo Zero é destaque

Segundo André Brum o Interlegis resolveu o principal problema da Câmara: “sequer tínhamos sistemas informatizados de controle do processo legislativo e portal na internet”. Ele acha difícil avaliar o que isso representou em termos de economia para a Casa, mas afirma que “se considerarmos *software*, *hardware* e hospedagem de produtos, tudo gratuito, a economia deve ter sido grande, pois, sem o Interlegis, teríamos contratado tais serviços”.

Antonilson tem uma ideia concreta a respeito dos custos.

Ele e seus colegas muitas vezes tiveram que ir contra os interesses dos políticos rondonienses, que insistiam em contratar os serviços de empresas particulares. Um deles, semelhante ao SAPL, custava 50 mil reais por mês. Outra empresa cobrou 300 mil reais para montar o portal de internet.

Em uma das crises políticas em Rondônia, os técnicos da Assembleia conseguiram convencer os parlamentares que eles poderiam ter ganhos em sua imagem junto à população se voltassem a usar os produtos do Interlegis que, além de gratuitos, aproximam o cidadão do Parlamento. “Economia e transparência, quer coisa melhor?”— diz ele.



Economia e transparência

Apucarana, no norte do Paraná, tem uma história parecida. Os funcionários preferem não entrar em detalhes, mas contam que uma empresa privada chegou a oferecer uma solução para tramitação de projetos, mas que tinha um alto custo de implantação, mais o de manutenção mensal. Houve muita pressão, mas eles conseguiram convencer a direção da Casa que já estavam usando um sistema melhor e gratuito fornecido pelo Interlegis.

Ivan Lúcio Garcia, funcionário da Câmara de Apucarana, conta que os benefícios vão além e que, hoje, depois de uma década de utilização dos pro-

duto e serviços do Interlegis, a casa é referência até fora do Estado. “Temos todo o processo legislativo disponibilizado a todos *on-line*”.

O Programa Interlegis, disse Ivan Lúcio, “foi nossa salvação”. O carro-chefe, na sua opinião, é o SAPL, que começou a ser usado a versão 1.2 e hoje já está na 3.0. Associado ao Portal Modelo, a Câmara tem, desde 2005, banco de dados com acervo de notícias, normas jurídicas e matérias legislativas, tudo disponibilizado para a população.

Ivan Lúcio cita ainda a importância dos encontros de tecnologia, dos cursos presenciais e do ensino a distância para a formação dos funcio-

nários e até dos vereadores “que sempre elogiaram estas iniciativas”.

Evento mais marcante para servidor acreano

Em 2012, o Interlegis chegou ao Acre. Com a visita técnica dos servidores Janary Nunes e JB de Góis Júnior, foram assinados convênios com as Câmaras de Rio Branco, Brasiléia e Cruzeiro do Sul. O Diretor de Assuntos Jurídicos da Câmara de Cruzeiro do Sul, José Martins, disse, posteriormente, que a parceria com o Senado, por meio do Programa Interlegis tinha sido “o fato mais marcante” presenciado por ele em 18 anos de serviço.

Nos anos 2000, muitas Câmaras, como as de Iaçú e Maracás, na Bahia, receberam equipamentos e a visita de técnicos do Interlegis



CURIOSIDADES

O Interlegis participou de eventos internacionais como a Expo 2000, em Hanover; o lançamento da rede *Global Centre for Information and Communication Technologies in Parliament* (ICT); várias edições do Fórum de *Software Livre* da América Latina e o 9º Encontro dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

Para a realização do I Censo do Legislativo, realizado no ano 2005, foram percorridos 6.000 quilômetros, entrevistadas 13 mil pessoas e gravadas mais de 700 horas de entrevista.

A sede do Interlegis ganhou o prêmio na III Bienal de Arquitetura de Brasília na categoria acima de 750 metros quadrados. Harmonia na implantação urbana, generosidade no relacionamento com o cenário urbano, tecnologia da construção e moderno sistema de supervisão predial foram as razões do título.

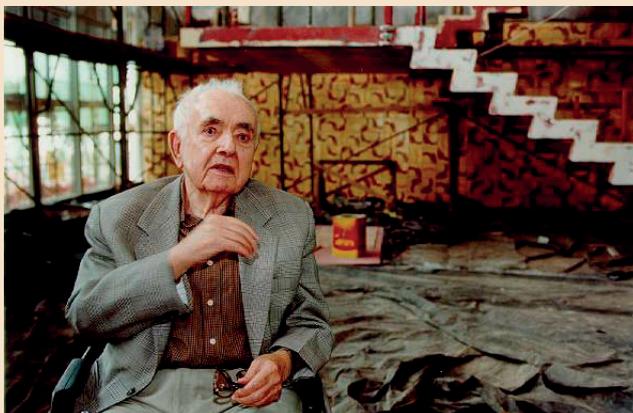
Em abril de 2017, o Senado inaugurou o novo portal de educação do ILB, disponível pelo www.senado.leg.br/institucional/escola-de-governo. Projetado pelo Prodasen, o portal reúne todas as áreas de atuação do instituto para que os usuários, tanto internos quanto externos, possam ter informações completas sobre cursos, matrículas, conteúdos, notícias e eventos.

O Facebook “Senado Educação” do ILB é o segundo mais acessado, só perdendo para o do próprio Senado, gerenciado pela Secretaria de Comunicação (Secom). Criado em 14 de setembro de 2011 e com 56.856 seguidores até o final de junho de 2017, o “Senado Educação” tem sido cada vez mais visualizado, curtido e compartilhado por internautas de todo o mundo.

O ILB/Interlegis já enviou e recebeu missões de cooperação técnica de Países como México, África do Sul, Haiti, Uruguai, Argentina, Timor Leste, Egito, Etiópia, entre outros.

A construção que abriga a sede do Programa Interlegis em Brasília tem 4,5 mil metros quadrados e ocupa um terreno de 16 mil metros quadrados. As palmeiras imperiais que compõe o cenário do edifício já estavam no terreno antes da construção e foram preservadas a fim de embelezar o trajeto dos pedestres que passam pelo local.

O ILB iniciou em 2017 cursos de extensão de curta duração para servidores que já dispõem de graduação. Na primeira etapa, foram oferecidas 35 vagas para servidores do Senado e órgãos parceiros nos seguintes cursos: Comunicação, Legislativo e Sociedade; Legislação e Processo Político: Teoria e Prática no Legislativo e Poder Público.



Athos Bulcão, 1996.

O painel artístico que compõe o *hall* de entrada do edifício sede do Programa Interlegis é um conjunto de azulejos com desenho de Athos Bulcão, o artista plástico que deixou sua marca em diversas construções de Brasília. Ele tem onze metros de altura por dez metros de largura.

A PERCEPÇÃO DE QUEM ESTÁ DENTRO: O QUE PENSAM OS NOSSOS COORDENADORES

Em vários momentos desta publicação, foi possível ver o que pensam do ILB e do Programa Interlegis as pessoas que, em algum momento, mantiveram contato com os cursos, oficinas, projetos, produtos e

serviços que, ao longo destes 20 anos, foram por eles oferecidos. Agora, abre-se um espaço para que também a prata da casa se manifeste.

A palavra está com os diversos coordenadores, uns há anos

trabalhando nas duas instituições; outros recém-chegados. Dois, por seu simbolismo, foram retratados com mais vagar. Aos demais, foi pedido apenas que dissessem o que mais os marcou no trabalho. A eles, pois:

SIMONE DOURADO: “VI O ILB NASCER”

No ILB há 19 anos, Simone Dourado viu o instituto nascer. Participou, inclusive, da inauguração do órgão, como servidora do setor de Relações Públicas do Senado. Decidida a trabalhar no ILB, Simone fez vários cursos de capacitação voltados principalmente para a área de Educação a Distância (EAD). Logo foi convidada a coordenar um curso de Processo Legislativo.

Mas já chegou ao ILB querendo aprender mais, em especial em EAD – área na qual ingressou no instituto. Com esse objetivo, fez mestrado em Engenharia de Mídia para a Educação na Universidade de Poitiers, na França, e estágio de três meses no Centro Nacional de Ensino a Distância (CNED), naquele País. “Sou grata ao Senado pela experiência de ter vivido um ano em um País como a França, algo essencial para minha formação profissional”, ressalta ela.

Em 1999, quando iniciou no ILB, Simone lembra que já existiam quatro cursos de ensino a distância: Processo Legislativo, Desenvolvimento de Equipe e Licitação e Contratos. “Dois anos depois, já tínhamos oito;

dez anos depois, eram 15”, lembra ela.

Coordenadora de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN) do ILB, Simone percorreu um longo caminho até chegar a esse cargo. Coordenou vários cursos, liderou trabalhos e equipes, estudou desenho instrucional e especializou-se em três áreas: metodologia para a educação, *marketing* e mídia para EAD (este último na França).

A abrangência institucional, na capacitação contínua do servidor, bem como a abrangência geográfica, que atinge a todo o Legislativo brasileiro, é, para Simone, a grande contribuição do ILB na valorização do Poder Legislativo. Além disso, por meio dos cursos EAD, o instituto partilha seus conhecimentos, em diversas áreas do saber, com todos os cidadãos. “Isso promove a democracia, já que em nossos conteúdos existe espaço para a reflexão e a participação cidadã”, explica ela.

Hoje, ao fazer um balanço desses 20 anos, Simone diz que o ILB já oferece os mais importantes temas para a capacitação e aperfeiçoamento do Legislativo



e ainda está aberto a novas sugestões e parcerias. Lembra que o instituto foi a primeira Escola de Governo a receber o credenciamento do MEC para pós-graduação em nível de especialização.

Os cursos a distância, oferecidos não só a servidores do Senado, mas também a cidadãos em geral, são outra especialidade do ILB, destaca a coordenadora da COTREN. “Eu posso dizer que temos uma equipe dedicada, imprimindo um ritmo de qualidade em tudo que faz.

Mas o desafio na área de educação é constante e, por essa razão, Simone afirma que está sempre “buscando novos saberes, fazendo acontecer, buscando a criatividade como forma de solução para, constantemente, superar os próprios critérios de qualidade estabelecidos”.



Valéria Ribeiro é responsável pela Coordenação de Educação Superior do ILB (COESUP) e enxerga a educação superior como uma área de “descortinamento” porque lida com o desafio constante da busca pela superação e pelo aprimoramento do que se aprende na graduação.

Para ela, a partir de 2001, quando o ILB criou seus primeiros cursos de pós-graduação em parceria com outras universidades e, a desde 2013, quando obteve credenciamento junto ao MEC para ministrar seus próprios cursos, o ILB deu início a uma nova era voltada cada vez mais para a valorização e a excelência de seus servidores.

“O desafio agora é conseguir o reconhecimento junto ao MEC, seguir com os cursos de pós e, em um futuro próximo, oferecer mestrado e, quem sabe, até doutorado”, diz ela. “Nada é fácil, mas quem disse que queremos facilidades? Queremos o melhor na formação do corpo funcional do Senado. E o melhor exige muito trabalho, esforço e dedicação”, ressalta.



Francisco Etelvino Biondo, há doze anos no Interlegis, é Coordenador de Planejamento e Relações Institucionais. Destaca que o trabalho no ILB/Interlegis além de ser um desafio, é fascinante: “Você sempre está envolvido com temáticas diferentes e se envolve com os processos tecnológicos, de transparência, com a questão de marcos jurídicos”. Além disso, tem que estar atento às demandas de parlamentares, servidores, técnicos.

Biondo acredita no “profundo processo de transformação da sociedade” e acha que o Programa Interlegis foi responsável por este esforço de modernização legislativa e de capacitação. “Esses 20 anos foram fenomenais, porque foi um constante oportunizar de mudanças tanto no nível pessoal, tanto no institucional. Nós conseguimos trabalhar e sermos parceiros das casas legislativas contribuindo de uma maneira muito forte para uma maior transparência e melhor entendimento por parte da população do que é realmente o Poder Legislativo”. E, com isso, diz ele, “acredito que fomos capazes de levá-los a um novo patamar de atuação, um novo patamar tecnológico”.



Cláudio Alves Cavalcante trabalha e é Coordenador Administrativo e Financeiro do Interlegis há oito anos. Para ele, o que mais o impacta “é a possibilidade de acesso a toda essa rede de alcance que temos com as casas legislativas e o conhecimento que passei a ter da realidade delas”.

Ele lembra que “as Casas passaram a ter a possibilidade de oferecer ao cidadão o acesso ao funcionamento delas, de conhecer e se aproximar mais dos seus representantes e a partir daí, fiscalizar e cobrar uma atuação mais efetiva deles. E tudo de forma gratuita”. Além disso, ressalta que o papel institucional do ILB é o de capacitação da força de trabalho do Legislativo, o que é muito importante.

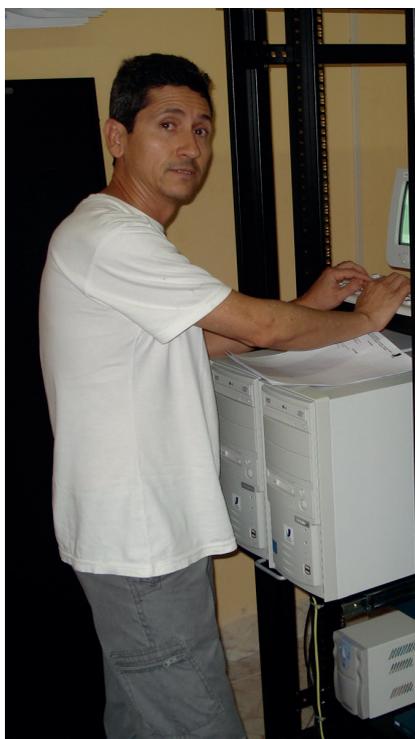


Sesóstris Vieira trabalha há sete anos no Interlegis e é Coordenador de Tecnologia de Informação desde maio de 2016. Ele destaca que “o ILB/Interlegis melhora o conhecimento que o brasileiro tem sobre o Legislativo, ao mesmo tempo que o dirige para um parlamento aberto, tanto para a participação do cidadão quanto para prestar contas para a sociedade. Os locais que utilizam os produtos do Interlegis e que tem a cultura de fazer os cursos do ILB, faz o cidadão mais ativo, prestando mais atenção no que está acontecendo, participando e opinando mais. Isso muda para melhor. Faz o Brasil consolidar melhor a democracia.”

Sendo da área de TI, Sesóstris não poderia deixar de ressaltar também a transferência de tecnologia para as casas legislativas, mas diz que o que mais o impactou foi a diversidade que passou a ter contato. “A gente achava que nas cidades pequenas havia uma participação popular menor que nas maiores, mas essa realidade não se confirma. Isso vai mais da cultura mesmo. Então tem cidades pequenas que o povo participa com força. O conhecimento é o que leva o cidadão a participar do processo legislativo”.

Outro destaque vai para o trabalho colaborativo: “mudou muito a minha maneira de ver as coisas porque eu vejo hoje que é possível, com poucos recursos, a gente fazer muita coisa desde que haja colaboração”.

ADAL, UM SÍMBOLO DO INTERLEGIS



Adalberto Alves de Oliveira é um símbolo, quando se trata de Interlegis. Está na equipe do Programa desde 1999. Ao longo desses anos, “Adal” acumulou muitas histórias para contar. Não é o único, mas foi escolhido para ilustrar a relação dos servidores com o Programa.

Contratado inicialmente pelo PNUD e depois pelo Senado, o especialista em tecnologia já realizou incontáveis viagens a trabalho Brasil a fora, literalmente, do extremo norte (Oiapoque) ao sul, quase sempre em pequenas cidades.

Também participou de todos os processos importantes como: implantação da rede de dados e do sistema de videoconferência, Projeto Piloto de Modernização, Projeto de Modernização do Legislativo e do I Censo do Legislativo.

Algumas dessas experiências, Adalberto compartilha aqui. “No ano 2000, estive totalmente focado no projeto que

entregou para as câmaras municipais cerca de 3.500 computadores. Eu fazia os testes de *hardware* e *software* (Linux). Lembro que as primeiras Câmaras a receberem as doações como projeto piloto foram Pirenópolis e Formosa, em Goiás. Em Pirenópolis foi engraçado, porque chegamos bem cedo na Câmara para receber o computador, mas o carro que trazia o equipamento quebrou no meio do caminho; já era de noite, quando um taxi velho para na porta da Câmara com o nosso computador e o serviço entrou noite adentro”.

Outra experiência foi com o sistema de videoconferência, que Adalberto “inaugurou”, em 2001. “Em 2003 fazíamos videoconferência quase todo o dia. E todo mundo queria usar o sistema do Interlegis. O TCU foi um deles, para se comunicar com os Tribunais dos Estados”.

Em 2005, Adalberto também ficou responsável por compilar os dados do I Censo do Legislativo, que chegavam pelos Correios ou trazidos pelos recenseadores e eram digitados no sistema. No final, ele processou quase 3 milhões de linhas de respostas. “O I Censo do Legislativo foi algo muito significativo até para as novas orientações do Programa”.

Com o quadro de pessoal insuficiente para que tudo fosse feito como o planejado no início do Programa, muitas adaptações foram feitas. Entre elas, na forma de atender as casas com as Oficinas, sobretudo de

Portal Modelo e SAPL, a partir de 2012, “com grande sucesso”.

São muitos os relatos das andanças pelo Brasil: “durante a fase de diagnósticos do PML em determinado município do Estado do Piauí, tivemos que tomar banho no açude. A cidade estava sem água havia dias”.

“Visitei, por necessidades diferentes do Programa, todos os estados brasileiros. De 2012 para cá, já realizei cerca de 35 oficinas de PORTAL/SAPL; treinei mais de 600 alunos e atendi quase 300 câmaras municipais que enviaram servidores para as casas anfitriãs”, calcula.

Adalberto lembra ainda, emocionado, o trabalho que realizou no Amapá, mais especificamente no Oiapoque, como uma das experiências mais marcantes: “Depois de sair de Brasília de avião, viajamos mais de 400 km de asfalto e mais 160 km de estrada de terra, partindo de Macapá”. Só falta o Chuí.





Transformando
pessoas &
instituições

